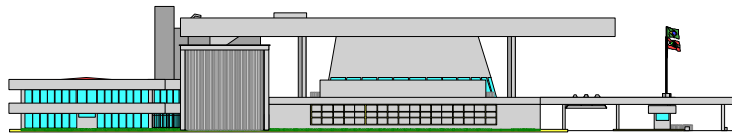


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 10 DE SETEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.085

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2085**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS**

**ÍNDICE**

**Plenário**  
Ata da 075ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 03/09/2009.....2

**Atos da Mesa**  
Atos da Mesa DI.....16

**Publicações Diversas**  
Aviso de Licitação .....17  
Portarias.....17  
Ofícios .....20  
Projeto de Lei .....20

**PLENÁRIO**

# ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Carlos Chiodini - Décio Góes - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Jailson Lima - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sílvio Dreveck.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Defende alteração na proposta de distribuição dos *royalties* provenientes da exploração da bacia do pré-sal.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Parabeniza a Unimed pelas ações de responsabilidade social no país; aborda as ações com vistas à construção dos acessos da BR-470 aos municípios do alto vale.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Coloca o posicionamento do PPS sobre o que considera fundamental com relação ao pré-sal.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO RENATO HINNIG** - Relata sua atuação na tramitação do projeto que cria o salário mínimo regional.

**DEPUTADO SÍLVIO DREVECK** (aparte) - Lamenta a falta de tempo para debater mais o projeto que cria o salário mínimo regional.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Analisa a posição do PMDB com vistas à eleição para governador.

**DEPUTADO RENATO HINNIG** (aparte) - Ratifica a posição política de Eduardo Pinho Moreira.

**DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA** - Discorre sobre a história do IF/SC; repudia as indicações políticas para diretor de escola.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Manifesta satisfação pela excelência do IF/SC.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Defende a teoria de que o incremento na renda do trabalhador vai aquecer a economia catarinense.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Avalia positivamente e elogia o avanço no debate do projeto que cria o piso salarial regional em SC.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Faz a defesa do governo federal quanto ao corte e repasse de recursos para SC.

**Explicação Pessoal**

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Manifesta indignação com o Ibama pela não concessão de licença ambiental para diversas obras no sul do estado.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** - Defende projeto de sua autoria que proíbe o fumo em lugares fechados.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Apoia o projeto do deputado Giancarlo Tomelin sobre o fumo.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Presta homenagem ao prefeito Horst Gerhard Purnhagen, recentemente falecido; discorre sua sobre agenda de final de semana.

**DEPUTADO CARLOS CHIODINI** (aparte) - Solidariza-se com a homenagem a Horst Gerhard Purnhagen.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Critica setores que defendem a postura de Álvaro Uribe na Colômbia; parabeniza o governo Lula pelos projetos referentes ao pré-sal enviados ao Congresso Nacional.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Elogia a postura do deputado Sargento Amauri Soares sobre a posição do governo federal quanto à extração e comercialização do petróleo do pré-sal; fala do projeto que cria o salário mínimo regional.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Reitera sua posição nacionalista relativa à Petrobras e aos recursos advindos da exploração do pré-sal.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Refere-se à demarcação das terras indígenas da região norte; dá notícias de convênios que beneficiam Joinville quanto ao saneamento básico; critica o prefeito de Joinville por cancelar o desfile de Sete de Setembro.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Defende a prefeitura de Joinville.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Justifica seu posicionamento contra o cancelamento do desfile de Sete de Setembro em Joinville.

**DEPUTADO DÉCIO GÔES** - Analisa o atual estágio da gripe A; esclarece dificuldades nas obras da serra do Faxinal; defende o direito do PMDB conversar com os demais partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSc Digital, quero analisar aqui um aspecto importante da Câmara Federal e do Senado, que receberam, nesta semana, quatro projetos de lei do Poder Executivo referentes ao pré-sal. Dos quatro projetos, um deles trata da exploração e da produção de petróleo e gás natural em regime de partilha. O outro projeto cria uma empresa, uma estatal, que seria responsável pela exploração desse petróleo. O terceiro cria um fundo social com recursos da exploração do pré-sal para o combate à pobreza e o incentivo à educação e à cultura. E o quarto trata da capitalização da Petrobras.

Esses quatro projetos muito importantes foram encaminhados em regime de urgência. Ou seja, a Câmara Federal tem apenas 45 dias para analisá-los nas comissões respectivas e votá-los em plenário. Naturalmente, é um tempo muito curto para analisar projetos dessa envergadura, dessa importância, para o país. São projetos que teríamos, na verdade, que aproveitar para buscar a equalização do país.

Mas eu quero, sr. presidente, analisar, diante do tamanho desses quatro grandes projetos, o primeiro, que trata da exploração da produção do petróleo e do gás sob o regime de partilha e a partilha entre os estados e os municípios.

Eu quero lembrar aqui o fato de que quando o governo, ou uma empresa explora uma fonte energética em um determinado município, em um determinado estado, a Constituição Federal, no seu art. 20, prevê a distribuição para os estados e para os municípios dos chamados *royalties*. Por exemplo: quando uma empresa de energia elétrica instala uma usina num determinado local, o proprietário daquela terra ganha 1% do valor e o município e o estado envolvidos ganham os chamados *royalties*.

Os srs. deputados imaginem o tamanho dos *royalties* pagos pelo petróleo e gás que serão explorados dessa grande jazida do pré-sal que está abaixo da camada do sal, numa extensão aproximada de 800km, que vem lá do Espírito Santo, passa

pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e chega em Santa Catarina, com uma largura de 200km. É uma grande jazida! Imagina-se que seja a segunda maior do mundo, com uma produção prevista de oito bilhões de barris de petróleo. E pela análise, só um país asiático é que teria uma reserva maior do que essa.

Agora, como é que fica a distribuição dessa riqueza? De quem será esse petróleo? Nós já tivemos uma discussão nesta Casa a esse respeito, quando esteve aqui o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Ivar Pavan, que tem o nome igual ao do nosso vice-governador. Ele está desencadeando um movimento para que o *royalty* desse petróleo seja distribuído equitativamente, equanimente, para todo Brasil. Se essa riqueza é do Brasil, por que apenas alguns estados, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, receberiam os *royalties*? E eu temo, inclusive, por Santa Catarina, que está sendo citada, mas que está no final da jazida! Talvez coloquem as torres de exploração no Paraná e no Rio de Janeiro e façam contas contra Santa Catarina, como já estão fazendo na exploração do petróleo nas jazidas normais que há no litoral sul e sobre as quais, no nosso entender, Santa Catarina teria direito a *royalties* maiores.

Quanto ao pré-sal, esta Casa, e é isso que eu quero levantar aqui, sr. presidente, deveria encaminhar uma moção à Câmara dos Deputados manifestando a nossa posição. No momento oportuno quero colocar a moção em votação, para que cada deputado exponha a sua opinião, votemos e encaminhemos o documento à Câmara dos Deputados.

Qual é a nossa intenção? Queremos que o pré-sal gere benefícios, gere bem-estar, melhor qualidade de vida para todos os brasileiros e não apenas para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Quem sabe, até, Santa Catarina tenha uma beiradinha, mas sabe-se lá se terá ou não. Então, preferimos que seja dividido para todos os brasileiros.

Ontem, numa conversa que tive com o deputado Cláudio Vignatti, ele, que é da comissão de Finanças, contava que no ano passado a soma de todos os *royalties* alcançou R\$ 23 bilhões. Ora, imaginem os senhores R\$ 23 bilhões injetados na Saúde, por exemplo. Por que não na saúde de todos os brasileiros? Ou seja, já estaríamos dividindo equitativamente para o SUS, além do dinheiro que estamos aplicando dos estados, dos municípios e do governo federal.

E o presidente é muito claro quando diz no projeto:

(Passa a ler.)

"O regime de partilha de produção terá as seguintes receitas governamentais:

1º - *Royalty*

2º - Bônus e assinatura

§ 1º - Os *royalties* correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros carbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição, vedada a sua inclusão no cálculo do custo do petróleo."

O art. 20 da Constituição trata dos bens da União, e o seu § 1º diz assim:

(Passa a ler.)

"§ 1º. É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, a participação nos resultados da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração." [sic]

Ou seja, o presidente está assegurando que os *royalties* decorrentes da exploração do gás e do petróleo serão mesmo divididos somente para os estados e para os municípios com abrangência no pré-sal: Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e talvez um pouquinho para Santa Catarina. Mas precisamos lutar para que esse benefício seja de todos os brasileiros e não apenas de alguns.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o nosso presidente, deputado Jorginho Mello, os deputados desta Casa, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio AleSc Digital e a sociedade catarinense.

Na data de hoje, quero parabenizar a Unimed de Santa Catarina porque começou, na data de ontem, um seminário brasileiro envolvendo diversas Unimeds do Brasil, tendo em vista a ação de responsabilidade social que as Unimeds passaram a empreender nos últimos dez anos. Com recursos investidos já na ordem de quase R\$ 1 bilhão, agora, deputado Professor Grando, a Unimed está partindo para um próximo passo nessa responsabilidade, que é a visão da gestão ambiental, o mundo para o próximo milênio.

Então, como médico que sou, neste momento quero parabenizar todos os médicos de Santa Catarina, todas as Unimeds do Brasil e aqui, na cidade de Florianópolis, o dr. Edvar Araújo, presidente da Unimed, que é o médico responsável pelas ações no presente momento.

A Unimed hoje representa um grande esteio brasileiro na área da assistência médica, suprindo, inclusive, atendimentos e demandas que seriam de responsabilidade do estado. Como cooperativa de atenção médica acaba tendo uma ação coletiva, porque distribui seus lucros, diferentemente da concentração praticada por outras empresas do ramo. É muito raro no Brasil ver uma empresa médica que tenha essa visão social que está tendo a Unimed.

Gostaria de parabenizar o dr. Almir Gentil, que se formou comigo e que iniciou esse trabalho de responsabilidade social da Unimed, quando presidiu-a na cidade de Florianópolis.

Então, parabéns à Unimed. Nós nos sentimos orgulhosos do papel dessa empresa. Estava lá ontem também o dr. Dalmo de Oliveira, de Joinville, da Federação das Unimeds de Santa Catarina, um amigo que também tem demonstrado a sua

responsabilidade à frente dessa grande empresa brasileira.

Ontem também tivemos a entrega formal, na cidade de Lontras, do projeto da passagem inferior, ou seja, do túnel de acesso da BR-470 à cidade de Lontras.

Nós propusemos, há uns três ou quatro meses, a realização de audiências públicas nas cidades de Ibirama, Lontras, Trombudo Central e Rio do Sul. E lá se definiu que os acessos a esses municípios - e na cidade de Ibirama é a serra São Miguel - não poderiam mais permanecer do jeito que estavam. Em Lontras, recentemente, uma criança foi atropelada no trevo e foi a óbito. A cidade não tem esse acesso.

Dessas audiências públicas, de que participaram os deputados Peninha e Nelson Goetten, assim como os secretários Regionais, tirou-se uma linha de encaminhamentos. E o primeiro passo foi a execução dos projetos. Através do governo do estado e do secretário Mauro Mariani conseguiu-se a parceria para a elaboração dos projetos. O projeto de Lontras custou em torno de R\$ 140 mil. O custo da obra a ser executada no acesso será algo em torno de R\$ 4 milhões, e não houve um centavo da prefeitura municipal de Lontras.

Sr. presidente, o nosso papel como representante do alto vale, como representante do estado catarinense, é o de propiciar melhorias na infraestrutura de acesso e de segurança na tão falada BR-470, cujo projeto de duplicação até a cidade de Indaial está pronto - e este ano deverá ser licitada a obra de duplicação desse primeiro trecho. Portanto, missão cumprida. O nosso papel agora é atuar e intervir para que o DNIT, o mais rapidamente possível, licite a obra desse acesso à cidade de Lontras, porque entendemos que é uma das principais obras para aquele município localizado ao lado de Rio do Sul e pelo qual temos um carinho enorme, tanto que na cidade de Lontras eu fui o deputado estadual mais votado. Daí o nosso compromisso, deputado Gelson Merísio, é muito maior ainda.

Está em andamento ainda o projeto da passagem inferior da cidade de Pouso Redondo, que deverá ficar pronto nos próximos dias, e também o da serra São Miguel. E acordamos com o prefeito de Rio do Sul que o grupo Iguatemi, que está fazendo o estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de todo o trecho da BR-470, irá apresentar-nos, provavelmente até o final do ano, a proposta para a duplicação do trecho e dos acessos aos bairros da cidade de Rio do Sul, como os bairros Santa Rita e Valada São Paulo, o acesso do Itoupava, o elevado da entrada de Rio do Sul, próximo à Cravil e à Ical.

Então, lá será feito um projeto global para que, na hora em que tiver que licitar, licite-se na íntegra o trecho da BR-470 que passa na área urbana de Rio do Sul.

Por isso, o nosso papel aqui é tentar garantir que as políticas de estado sejam executadas e, principalmente, que as ações governamentais do nosso governo Lula sejam implementadas passo a passo. Nós sabemos, deputado José Natal, que o que se está fazendo neste estado, principalmente na BR-470, é um presente de Natal

para o povo do alto vale e do oeste que transita naquela BR. Por isso, companheiro Gelson Merísio, fazemos questão de registrar isso desta tribuna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiras deputadas e companheiros deputados, gostaria de trazer aqui o posicionamento do nosso partido sobre o que entendemos ser importante e fundamental na questão do pré-sal que aqui já foi abordada e que, com certeza, será um tema muito discutido nesta Casa, porque Santa Catarina está incluída nesse contexto, assim como todos os estados do país, uma vez que a Petrobras representa 12% do nosso PIB.

Essa é uma discussão que requer muita profundidade não somente para a solução dos problemas sociais e ambientais, mas também para o nosso futuro como uma nação soberana e de vanguarda na América Latina e no mundo, porque, sem sombra de dúvida, pelo que está previsto, seremos o quarto produtor de petróleo do mundo dentro em breve, e para quem trabalha com planejamento, dez anos é pouco tempo.

Portanto, esperamos que saibamos escolher com propriedade as melhores soluções para que possamos realmente representar esta nação com dignidade para todo mundo.

(Passa a ler.)

"Queremos - e é uma posição partidária - fortalecer a Petrobras, mas é evidente que isso se faz mantendo as regras de governança corporativa com a busca permanente de sua eficiência, sem fazê-la 'deitar em berço esplêndido'."

Eu tenho muito medo da questão do patriotismo, pois se esquece que o principal é a concorrência, a competência e a corporatividade, que tem dado o exemplo. E espero que não se jogue na rede, como se diz, e deite-se em berço esplêndido como uma dádiva simples de Deus ou da natureza, como se as coisas fossem acontecer sem a intervenção do homem e da sua inteligência.

(Continua lendo.)

"Esse debate precisa ser aprofundado, porque aí se conflitam visões distintas sobre o estado. Não sou defensor do estado mínimo. Devemos ter um estado forte, pró-ativo, regulador e fiscalizador. Assim tememos quando alguns buscam a volta ao passado pela ampliação da presença estatal, com a criação de novas empresas para 'garantir' o interesse público. A história aponta-nos que não é dessa maneira que avançaremos na diminuição das desigualdades sociais."

Nós temos que diminuir as desigualdades sociais, e esse é um bom momento. Como falamos, é a visão futura de estado, e que não seja assistencialista. Essa é uma visão que temos que ter bastante clara.

(Continua lendo.)

"O pré-sal é uma grande oportunidade e o debate indicará caminhos para o

utilizarmos como estruturante de nossa economia, desde que seja algo que não se atrele à próxima eleição, mas olhe a próxima geração."

Portanto, o nosso posicionamento é bastante conciso, mas com profundidade. Entendemos que essa é uma oportunidade histórica que temos que debater. E, inclusive, o governo está reconsiderando - o que é importante porque, quando surgem dúvidas, significa que se está avançando no processo - e entende que o prazo para se discutir o projeto nas Casas de Leis brasileiras é limitado, até porque o Poder Executivo, com os seus técnicos - e é verdade -, levou aproximadamente 20 meses para elaborar esse início do marco regulatório.

E com certeza o papel do Poder Legislativo em relação ao estado nós vamos ter em relação ao governo federal, porque vão permear discussões muito profundas. Uma delas é a questão ambiental, que foi introduzida agora, na reta final.

No encontro de Copenhague, que ocorrerá em dezembro, será elaborado o novo tratado contra o aquecimento global e pela preservação do meio ambiente. E aqui eu chamo a atenção porque a partir da era industrial, ou seja, nos últimos 200 anos, o mar cresceu 15cm e a temperatura aumentou 0,7°C, em média. Sabemos que em 2050, devido ao dióxido de carbono já emitido, vamos ter um aumento de temperatura de 2°C, e isso é inevitável, e mais de 30cm de aumento do nível do mar.

Vamos ter que conviver com a variação climática que se apresentará, como se apresentou alguns anos atrás, e vamos ter que dar o exemplo porque podemos ser o país que vai assumir essa liderança, como assumimos na Eco-92. O Brasil poderá ir para Copenhague com metas definidas de redução do dióxido de carbono e dar o exemplo aos países em desenvolvimento que não têm metas a cumprir, mas que poderão tê-las depois desse encontro.

Portanto, esse viés foi introduzido pelo governo agora nos últimos dias, até pelo pronunciamento da senadora Marina Silva e de várias organizações que se manifestaram neste país, porque o petróleo é um combustível fóssil e altamente poluidor. E se criticamos a Arábia Saudita e outros países por não assinarem o Protocolo de Kyoto, por não reduzirem as emissões de dióxido de carbono, temos que dar o exemplo de que vamos cumprir metas, temos que mostrar que seremos um país rico em petróleo, mas não nos comportaremos como os outros países que o tratam como uma simples mercadoria e não querem saber o que isso poderá significar no desenvolvimento tecnológico no mundo.

Sei muito bem que todos os estados colocaram sua preocupação com a partilha dos recursos advindos da exploração do pré-sal, com o fundo social e ambiental. O acréscimo da palavra "ambiental", a meu ver, foi fundamental. E quando o presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, deputado Ivar Pavan, levantou nesta Casa essa polêmica, ponderamos que era importante haver o viés ambiental dentro do fundo. E foi colocado.

Então, muitas outras reivindicações estão sendo colocadas. O processo apenas começou. Portanto, é

natural que o governo reconheça a necessidade de uma discussão ampla e dê um prazo maior. Essa é a construção da democracia, e não há outra porque é assim que iremos encontrar a melhor solução não para as próximas eleições, mas para as gerações futuras. E é nisso que temos de pensar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal.

(Pausa)

Na ausência do deputado José Natal, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Na ausência de representantes do DEM, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Renato Hinnig, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, tramitam nesta Casa projetos importantes que estão suscitando muitos debates, defesas de opiniões e o envolvimento dos parlamentares na construção de uma legislação mais justa possível para atender os interesses da sociedade catarinense.

Destaco o projeto do salário mínimo regional, que nas últimas duas semanas, na comissão de Economia, presidida pelo deputado Sílvio Dreveck, possibilitou às entidades representativas do segmento empresarial e do segmento laboral externarem as suas preocupações em relação a esse projeto que tramita na Casa em regime de urgência.

Na verdade, foi muito pouco tempo para um debate mais profundo por parte dos parlamentares, que acabaram tomando conhecimento do teor somente após ter dado entrada nesta Casa. E tanto o deputado Sílvio Dreveck como este deputado procuraram, desde o início, abrir o debate para ouvir as entidades e as suas preocupações. É certo que o salário seja justo e que o trabalhador tenha reajustes e aumentos também é importante. Mas não podemos perder de vista que também é importante a manutenção do emprego.

Ainda ontem, recebemos a visita dos representantes do segmento varejista de combustível e, infelizmente, não tivemos mais tempo para ampliar o debate junto aos demais parlamentares. Mas eles trouxeram informações em relação a essa questão do emprego que nos preocuparam. Tempos atrás já houve uma tentativa de automatização do atendimento com o *self-service*, mas acabou não acontecendo por uma movimentação do sindicato dos trabalhadores que, em reunião com os sindicatos patronais, conseguiu chegar a um acordo para a não implantação dessa medida no segmento do comércio varejista de Santa Catarina.

Esse segmento tem algumas peculiaridades, porque sobre o salário básico incidem 30% de periculosidade e para aqueles que atuam nos caixas mais 20% de quebra de caixa, o que engorda o salário e aumenta a despesa das empresas

em 50% sobre o salário básico. Isso vai significar, no custo final, com a implantação do salário mínimo regional da forma como está no projeto, em torno de 40% de aumento na folha de pagamento. E isso, segundo eles alegam, não é suportável pelas empresas, o que certamente vai motivar novamente a iniciativa da automação no atendimento e a implantação do *self-service*. E se isso acontecer, vai gerar desemprego, sim, nesse setor.

É uma pena que não tivemos mais tempo para debater assuntos como esse e verificar se aquilo que recebemos de informação ontem efetivamente aconteceu, porque se for verdade, preocupa-nos, sim.

Também é verdade que o setor moveleiro lá da região norte do estado vem, nos últimos anos, especialmente do ano passado para cá, demitindo empregados por conta da crise mundial, por conta da valorização do real frente ao dólar. Ontem apresentamos uma emenda na comissão de Economia, para que os empregados desse segmento sejam enquadrados na primeira faixa salarial, mas uma emenda substitutiva do líder do governo enquadrou-os na segunda faixa.

É importante ficarmos atentos a essas questões, porque temos depoimentos de empregados desse setor dizendo que com essas medidas, há empresários analisando seriamente fechar o seu negócio e demitir funcionários. E lá na região - e o deputado Sílvio Dreveck sabe muito bem porque é de São Bento do Sul - existe um desemprego além do normal em relação a outros estados, por conta desse fenômeno. É uma realidade que está presente.

Não somos contra que o trabalhador ganhe mais, que tenha uma remuneração digna, mas temos que estar preocupados com a situação do emprego, porque não existe situação pior do que não ter salário, isso precisa ficar claro.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Concedo rapidamente, deputado, porque estou dividindo o meu tempo com o deputado Peninha, e temos apenas um minuto para o seu aparte.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Quero apenas contribuir com o seu grande trabalho neste projeto e com sua preocupação com segmentos da economia da nossa região. V.Exa tem toda razão quando coloca que deveríamos ter mais tempo para debater o assunto, pois poderíamos fazer um estudo melhor sobre a área do comércio na região norte, em Canoinhas, em São Bento do Sul, em Mafra e assim por diante.

Outro aspecto que quero ressaltar é a situação dos postos de gasolina. Esse segmento, por falta de tempo, poderá comprometer o nível de emprego. Como v.exa. colocou, isso pode ocorrer também no setor moveleiro, e há uma preocupação muito grande no setor agrícola e assim por diante.

É uma pena, mas certamente v.exa. fez o que pôde para ampliar o debate e para melhorar o projeto.

Muito obrigado e parabéns pela sua atuação, deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Conforme acordo, cedo o restante do tempo para o deputado Rogério Mendonça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados, vou usar este tempo do meu partido, o PMDB, que é um espaço evidentemente político-partidário, para falar um pouco sobre as eleições do ano que vem para governador, sobre como estará o PMDB, com quem estará, e vou expressar também a minha opinião, que acredito ser a tendência do partido.

Com relação à tríplice aliança, vamos imaginar se o PMDB, na eleição do ano que vem, estará ou não com os partidos que hoje compõem a base de apoio do governo. Eu tenho convicção de que esse é o pensamento da grande maioria do PMDB, do governador Luiz Henrique da Silveira, do nosso presidente Eduardo Moreira, da bancada estadual e federal, porque em time que está ganhando não se mexe, as coisas estão dando certo, é um governo bem sucedido.

Hoje, o governo tem a composição fundamental na Assembleia, que forma a base de apoio e que é composta por deputados do Democratas, do PSDB, do PPS, do PTB e do PMDB, que está dando certo. Temos secretários de todos os partidos compondo a estrutura do governo. E cito, deputado Gelson Merisio, o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que é uma grata revelação, atende todos os deputados e segmentos igualmente, independentemente partido. Até os deputados da Oposição se forem lá serão bem recebidos, bem tratados. Quem está fazendo um bom trabalho também o secretário da Saúde, deputado Dado Cherem, companheiro nosso da Assembleia Legislativa. E poderia citar diversos outros secretários do PMDB, do PSDB, do PPS, que também estão fazendo um bom trabalho. Quer dizer, está dando certo, e em time que está ganhando não se mexe. E este governo está ganhando o jogo e ganhando de goleada.

Srs. deputados, há um outro questionamento importante: quem será o candidato a governador? É igual aquela história do guizo do gato, todo mundo queria acabar com o gato e ninguém sabia o que fazer; aí alguém deu a idéia de colocar o guizo no pescoço do gato, porque quando ele chegasse, de longe, todos iam saber. Bem, quem vai colocar o guizo? Ninguém se habilitou.

É o mesmo caso que estamos vivendo hoje na tríplice aliança, pois temos três excelentes nomes: o ex-governador Eduardo Moreira, o senador Raimundo Colombo e o vice-governador Leonel Pavan. Qual deles será o candidato a governador? Evidentemente que nós, do PMDB, queremos o dr. Eduardo Pinho Moreira. Ele está preparado para governar Santa Catarina,

pois já foi governador e atuou com firmeza; já foi prefeito de Criciúma e deputado federal; tem por trás dele o maior partido de Santa Catarina, com 12 deputados estaduais, o segundo partido de maior representatividade, com cinco deputados federais, 845 vereadores e 112 prefeitos. É o maior partido organizado em todos os municípios de Santa Catarina e dará sustentação para eleger o próximo governador.

Portanto, é lógico, é normal que estejamos trabalhando para que Eduardo Pinho Moreira seja o nosso candidato. Ele é o melhor candidato, é o que o PMDB quer, as bases querem e nós estamos lutando para isso. Evidentemente que nós vamos brigar para que o nosso partido tenha um candidato a governador. Agora, é condição *sine qua non*, ou seja, se não for assim não existirá mais a tríplice aliança? Não, quem vai para uma mesa de negociação tem que negociar e dispor-se a tudo! Tem que se dispor a ganhar e a perder espaço. Isso faz parte de qualquer negociação, principalmente negociação partidária.

Srs. deputados, faço outra pergunta: existe possibilidade de o PMDB, no primeiro turno, coligar-se com o PT para o governo do estado? Acho difícil. No governo federal, eu acho que o quadro já está decidido. Nem com o PP também, evidentemente, até porque as nossas diferenças nesta Casa são muito grandes. A formação da Oposição é um processo democrático, aqui constituída pelo PP e PT. Eu não vejo como o PMDB, numa eleição de primeiro turno, estar junto com o PT. Nacionalmente, acho que já está definido. Agora aqui, eu não vejo essa possibilidade. Caso - e tudo pode acontecer - não estejamos juntos na tríplice aliança, outra hipótese na qual acredito é numa candidatura própria, ou seja, o PMDB com o candidato a governador e para vice-governador o candidato seria de um dos partidos menores. Mas hoje não vejo hipótese de estarmos, no primeiro turno, coligados com o PT ou com o PP. Mas tudo pode acontecer.

Por isso, deputado Renato Hinnig, quero fazer referência a toda essa especulação que está existindo. O dr. Eduardo Moreira tem que fazer a sua campanha. Ninguém pode impedi-lo - e ele é o presidente do nosso partido - de carregar a mala da senadora Ideli Salvatti! Ninguém pode impedir, meu Deus do céu, porque isso não é democracia, que o dr. Eduardo visite o seu conterrâneo de Criciúma, colega médico e amigo Jailson Lima, como fizemos ontem indo ao gabinete do deputado. Não é por que o dr. Eduardo visitou o gabinete do deputado que a coligação já está caminhando para o lado do PT! Da mesma maneira, ninguém pode impedir Leonel Pavan de bater foto com o deputado Joares Ponticelli. E ninguém poderá impedir, amanhã, o senador Raimundo Colombo de conversar com quem quer que seja em qualquer momento, porque nós temos que viver a política de forma natural!

Por isso digo que existe muita especulação e muitas coisas estão sendo feitas indevidamente. Nós sabemos o que queremos e aonde queremos chegar. Evidentemente que estamos vivendo numa democracia, com liberdade para tudo acontecer. Mas o jogo está aberto, e a eleição é

no ano que vem. Temos as nossas prioridades e queremos que o PMDB, que está fazendo o grande governo com Luiz Henrique da Silveira, continue por mais quatro anos a governar Santa Catarina, preferencialmente com o dr. Eduardo Pinho Moreira como nosso governador.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte ao deputado Renato Hinnig, que, inclusive, será conduzido, na convenção de outubro, à condição de primeiro-secretário do PMDB.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Muito obrigado, deputado Rogério Mendonça.

Quero parabenizar v.exa pelo pronunciamento e por trazer este tema para debate. Realmente, o que está acontecendo é fruto da democracia, portanto é normal que cada um dos pretendentes queira disputar o cargo de governador no ano que vem e que para isso já esteja havendo um movimento. Isso faz parte da democracia, da essência dos partidos!

Nós temos Eduardo Pinho Moreira, que é presidente estadual do partido e está buscando a sua indicação para concorrer ao cargo de governador. Então, vejo com a maior naturalidade essa procura pelos outros partidos, essas conversas que estão acontecendo.

E nós temos que estimular isso, sim, porque o PMDB é o maior partido de Santa Catarina, e as nossas bases, como v.exa. sabe bem, estão ansiando e proclamando que o PMDB deva ser parte integrante e ativo nesse processo eleitoral como cabeça de chapa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Democracia é isso, caros deputados, inclusive pressupõe que o nosso presidente do PMDB, educadamente, possa ajudar a senadora Ideli Salvatti a tirar sua mala do avião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de cumprimentar o deputado Peninha pelo seu veemente pronunciamento extremamente correto. Eu diria também que nós, do Partido Progressista, o deputado federal Hugo Biehl, a deputada federal Angela Amin e o deputado Joares Ponticelli, também estamos à disposição para conversar com Eduardo Pinho Moreira.

Este pronunciamento sobre a qualidade dos cursos que estão sendo ministrados no Cefet, deputado Professor Grandó, serve para mim e para v.exa., que temos vínculo com aquela instituição.

Mas eu gostaria primeiro de dizer que, em 23 de setembro de 1909, praticamente há 100 anos, Nilo Peçanha era presidente da República e criou, em todas as capitais do Brasil, as escolas de artesãos. O decreto é interessantíssimo.

(Passa a ler.)

"O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil" (na época escre-

via-se com 'z')", em execução da Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando:

Que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;

Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazel-os adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;

Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação:

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito."[sic]

E aí começa a briga dos estados para instalar essa escola de artesãos. No Rio Grande do Sul, essa escola não ficou na capital, ficou em Pelotas, em função da força política que o município tinha. Logicamente também, no Mato Grosso a escola não ficou em Cuiabá, ficou, sim, na cidade de Campo Grande. No restante dos estados as escolas ficaram nas capitais.

Bom, de lá para cá houve uma movimentação muito grande e a escola de artesãos passou a se chamar Escola Industrial; a seguir passou a se chamar Escola Técnica Federal e depois, Cefet, oportunidade em que tive uma participação bastante efetiva na implantação, como professor e como político; hoje se chama Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ifet.

Antigamente, deputado Professor Grandó, v.exa. lembra bem porque tudo era para a classe favorecida, lá pela década de 60 e 70, os alunos filhos de famílias de classe média e mais abastadas, quando não iam bem nas escolas particulares - Colégio Catarinense e alguns outros -, os pais ameaçavam: "Se você não estudar, eu te mando para a Escola Industrial ou para a Escola de Aprendizizes Marinheiros". Isso era uma ameaça, um castigo para os alunos.

Sr. presidente, em 100 anos de história, observamos o instituto em transformação e formando pessoas de altíssima qualidade.

(Passa a ler.)

"Na Ilha, a melhor escola do país

Pelo segundo ano consecutivo, o Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC, antigo Cefet-SC) obteve a maior pontuação na categoria 'Centro Universitário' do Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação, divulgado nessa segunda-feira, em Brasília.

O IF-SC obteve 391 pontos de um total de 500 possíveis e à frente de outros 152 centros universitários, categoria na qual estão os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e instituições privadas."

Deputado Professor Grandó, nem todos os estados possuem Institutos

Federais, alguns ainda estão com os Cefets, mas a tendência é evoluir para Instituto Federal.

Essa evolução veio ao encontro de uma história fenomenal de luta, de garra. E estive lá com v.exa., que foi meu brilhante aluno de Física, depois se tornou professor e assim por diante.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pelo seu passado, pela sua vivência na escola, pela sua forma de ser, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Professor Grando - Quero parabenizar v.exa., que faz parte da história da Escola Técnica Federal. V.Exa. relatou as várias fases pelas quais a escola passou e por lá passou grande parte da juventude catarinense.

Eu vim do Ginásio Industrial de Lages, antigo Curso Senai, para a capital fazer o curso técnico. Com grande honra, fui eleito presidente do Grêmio Nilo Peçanha, autor do decreto que v.exa. leu e que dá as causas para a criação do ensino técnico.

Com muito orgulho diria até que é um verdadeiro manifesto comunista relacionado à oportunidade às classes mais pobres.

V.Exa., como grande professor daquela entidade, sabe quanto é importante a conquista desse título de melhor estabelecimento. E na minha época, sou testemunha, pois era o presidente do Grêmio Nilo Peçanha, só estudavam alunos do interior. Tínhamos quatro internatos e realmente era a escola das pessoas que vinham do interior, de filhos de mineiros, de pescadores, de pessoas pobres. V.Exa. foi professor, conviveu com os alunos e sabe daquela realidade, sendo que v.exa. desempenha funções importantes em toda Santa Catarina.

Parabéns à escola! Parabéns a v.exa. por levantar esse assunto.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Deputado Professor Grando, naquela época em que o senhor estudou, anteriormente ao senhor e posteriormente por algum tempo, a escola fornecia alojamento, alimentação e tinha 48 horas de aula semanal; até para a formatura a escola fornecia o terno, o sapato, a gravata. E mais, aqueles que estudavam no Ginásio Industrial tinham o tempo de escola considerado como tempo de serviço para fins de aposentadoria.

Eu só queria, então, parabenizar o Instituto Federal de Santa Catarina pela forma como vem-se desenvolvendo, sendo hoje uma referência nacional pela qualidade dos seus cursos.

Por outro lado, gostaria de chamar a atenção novamente, porque nesse seu governo, entra governo, continua a mesma coisa o processo de educação que temos no estado, e não só no estado, mas em todo o Brasil: a falta de vergonha dos governos em fazer com que ainda hoje as nomeações de diretores de escola sejam feitas através de indicação política.

Isso não pode mais acontecer, não deve acontecer. A qualidade do ensino, quer queiram ou não, tem que ser preservada, e só se preserva a qualidade de ensino quando se escolhe pessoas aptas para gerir

uma escola. Eu defendo a tese de que nenhum político, seja vereador, deputado, governador ou secretário da Educação, deve indicar partidariamente sicrano ou beltrano.

O certo é que aquele que desejar ser diretor de uma escola, de qualquer nível, tenha pelo menos um plano pedagógico, mas, acima de tudo, que tenha condições de gerir a educação no seu estabelecimento, fazendo com que tenhamos mais qualidade de ensino. Como está não dá!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, que hoje veio disposto a usar a tribuna por várias oportunidades. V.Exa. tem a palavra por mais dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio AleSC Digital, gostaria de analisar o trabalho extraordinário que a comissão de Economia, sob a presidência do líder do PP, deputado Sílvio Dreveck, com o relator do projeto do salário mínimo regional, deputado Renato Hinnig, com a intervenção do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, e com a participação maciça de todos os seus integrantes, realizou, com a oitiva das lideranças patronais, dos representantes da Fiesc, da Facisc, das ACLS - Associações Comerciais e Industriais - de muitas cidades, e de um número grande de representantes de sindicatos de trabalhadores, de sindicatos laborais.

Ontem, das 18h às 20h, aquela comissão esteve novamente reunida para apresentar e votar o parecer que, de certa maneira, foi bem aceito e aplaudido pelos trabalhadores, pelos representantes dos sindicatos laborais, e bem aceito pelos sindicatos patronais, pelos empresários.

O projeto prevê que o salário mínimo regional terá quatro níveis. Serão quatro salários mínimos regionais em Santa Catarina, além do piso nacional, de R\$ 465,00. Os valores são: R\$ 587,00 para o primeiro piso; R\$ 616,00 para o segundo piso; R\$ 647,00 para o terceiro; e R\$ 679,00 para o quarto piso. Hoje o salário mínimo corresponde a quase US\$ 250.

Lembro-me bem que em 1993 - em 1989 e 1990, fui vereador, de 1992 a 1994, fui vice-prefeito de Brusque, e de 1994 até 2004 fui deputado federal e tive oportunidade de discutir as políticas de recuperação do salário - a grande maioria dos trabalhadores braçais da prefeitura de Brusque ganhava o equivalente a US\$ 50. Era um sonho do prefeito e meu, como vice, conseguir elevar aquele valor para US\$ 70, US\$ 80 ou, quem sabe até, ao final do mandato elevar o salário até US\$ 100. Hoje o salário está em mais de US\$ 200, talvez US\$ 220 ou US\$ 230 por mês, quatro ou cinco vezes mais do que aquele valor.

Se é verdade que o aumento do salário vai prejudicar a economia do estado, qual seria a explicação para o aumento da economia de todo o país e do estado de Santa Catarina também, já que nesses últimos anos tivemos um incremento em

todos os setores? Quem pode explicar que o aumento do salário vai prejudicar o rendimento das nossas empresas? Como se explica que houve esse aumento, nesses 14 ou 15 anos, tão grande no valor de compra dos salários - e ainda é insuficiente, evidentemente, mas foi um incremento muito grande - e a economia não quebrou, pelo contrário, melhorou?

Por isso nós entendemos que pagar um pouco mais para os trabalhadores, para os colaboradores é, sim, uma ação importante. O PSDB desde o início, como parte do governo, porque o vice-governador é do PSDB -, está junto com o governador Luiz Henrique, e juntamente com o PMDB elaborou esse projeto de quatro níveis de salário mínimo, por acreditar que o aumento do salário, a melhoria da capacidade de compra do trabalhador vai, sim, movimentar a economia.

Quem ganha R\$ 600,00, R\$ 650,00, até R\$ 700,00 não vai para Alemanha, para Suíça, para Tunísia ou para Nova Iorque gastar o dinheiro, ele vai gastar aqui mesmo, na cidade da sua preferência, no seu bairro, na mercearia da sua cidade. Vai movimentar diretamente a economia. Se o trabalhador ganhar um pouco mais vai movimentar, sim, a economia local.

Essa é, verdadeiramente, a face do PSDB que respeita, que defende, que incentiva o empresário, o empreendedor, indispensáveis à nação. Nós não podemos ficar sem eles, pois a economia, a estabilidade social, apesar de ser orquestrada pelo governo, é gerida pelos empreendedores.

Então, longe de nós a idéia de injuriar os nossos empresários, os nossos empreendedores, porque das suas iniciativas é que advém o trabalho que emprega os trabalhadores. Logo, as duas pontes são importantes. O PSDB prevê o equilíbrio entre o capital e o trabalho e defende ao mesmo tempo o empreendedor e o trabalhador. O nosso partido busca o equilíbrio entre as duas partes porque é nesse equilíbrio que está a estabilidade social.

Por isso, estão de parabéns os deputados Sílvio Dreveck, Renato Hinnig, Elizeu Mattos, todos os deputados da comissão e, principalmente, a sociedade catarinense que nos deu condições de elaborar um parecer, um projeto alternativo que pudesse ser aplaudido pelos trabalhadores e aceito pelos empreendedores, porque eles veem que melhorando o salário do trabalhador há, sim, a grande chance deles também participarem do aquecimento da economia.

Portanto, o PSDB, juntamente com o PMDB e com o DEM, dá sustentação a este governo que elaborou esse projeto de lei que visa incentivar, melhorar o salário dos nossos trabalhadores. Temos certeza de que pagando um pouco mais de salário iremos incentivar e aquecer a nossa economia, porque se Santa Catarina já é destaque em nível nacional, agora com os quatro níveis de salário mínimo poderemos melhorar ainda mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, como membro da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, ontem, às 18h30, reunidos no Auditório Antonieta de Barros, sob a presidência do deputado Sílvio Breveck, acompanhamos o parecer da comissão sobre o projeto que cria o salário mínimo regionalizado com quatro níveis.

Em primeiro lugar, gostaria de dar o meu testemunho sobre o grande avanço histórico que foi a presença de todas as centrais de trabalhadores, mostrando a unidade do trabalhador, juntamente com os sindicatos patronais. E esta Casa cumpriu seu dever, e somente ela poderia cumprir, sendo a grande mediadora na negociação de um grande projeto que evidenciou a sensibilidade social e de justiça do governador Luiz Henrique.

Santa Catarina será o nono estado a implantar o salário mínimo regionalizado, e isso significa maior distribuição de renda. Nós sabemos que entre o capital e o trabalho existem contradições, por isso é que a luta de classes não acabou e somente a democracia permite espaços para que se avance. E é o que foi feito, esta é uma Casa democrática, que conseguiu avançar.

Claro que alguns podem não ter gostado, principalmente a parte patronal. Mas o governador, quando encaminhou esse projeto, ouviu e discutiu com as partes, até porque se vive uma crise mundial, uma crise provocada principalmente pelo setor financeiro, e nós sabemos que prejudica todos os setores, notadamente os setores industrial e comercial, aos quais se vincula o maior número de trabalhadores.

Mas quero dizer que com esses setores, principalmente com a indústria moveleira, conseguimos acordar, com o aval de todas as centrais, um salário mínimo regionalizado bom para a região, inclusive entendendo o momento de crise que vive.

Também sabemos que os trabalhadores, assim como a parte patronal, podem negociar separadamente, mas incluímos o governo para que também se faça presente. Se as duas partes chegarem a bom termo e o governo não precisar estar presente, melhor ainda, porque mostra o avanço da sociedade e das suas forças vivas, que realmente têm essa autonomia. O importante é que o governo não intervenha. O governo precisa decidir, precisa fazer o seu papel, e foi o que fez ao ajudar socialmente aqueles que mais precisam.

Portanto, estão de parabéns todos os membros da comissão, todas as partes, e Santa Catarina agradece por esse grande avanço que partiu do Poder Executivo e envolveu todas as partes. É elogio todas as partes, porque foram encontros inéditos, com todas as partes presentes. Talvez isso não tenha ocorrido em outros estados, como no do Rio Grande do Sul, que já tem o seu salário regionalizado, ou no Paraná. E nós, obviamente, por sermos um estado modelo, com dificuldades, evidentemente, serviremos de exemplo com esses quatro níveis, para mostrar ao Brasil que também temos diferenças entre as categorias de

trabalhadores, porque elas são diversificadas e também regionalizadas dentro do próprio estado. Vai servir de exemplo, sim.

Sr. presidente e srs. deputados, nós, que estamos cumprindo com o nosso dever, fizemos história em Santa Catarina. Por isso, parabéns a todos os partidos que estiveram presentes e a todas as partes que se envolveram nessa negociação, que é própria, que faz parte da democracia e do avanço.

Hoje, ser revolucionário é construir a unidade e não criar demandas. Construir a unidade em cima dos pontos convergentes e não procurar alastrar as diferenças. E foi isso que os trabalhadores conseguiram através desse projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente deputado Gelson Merísio, os meus cumprimentos ao povo de Santa Catarina e aos deputados desta Casa.

Primeiramente quero, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que é do PSDB, agradecer e parabenizar o deputado Serafim Venzon, que ocupou a tribuna um pouco antes, porque se eu soubesse que ele faria um pronunciamento daquele teor poderia ter falado pelo Partido dos Trabalhadores, porque ele reconheceu as conquistas salariais do Brasil com o nosso governo Lula, quando fez um cálculo rápido sobre o salário mínimo em dólares: de US\$ 56 à época do seu governo, estará, em 2010, em US\$ 200.

Essa, logicamente, é uma conquista não apenas de um governo, mas da sociedade brasileira como um todo. E à medida que há incremento de receita e aumento dos salários é porque houve desenvolvimento do nível de emprego, ultrapassando a faixa de um milhão de empregos por ano durante esse oito anos de governo Lula, mesmo tendo passado, agora, um período de crise.

É por isso que os investimentos aumentaram e ampliaram nos estados brasileiros. E quero fazer, neste momento, um registro de fundamental importância para o PT. Hoje vimos os jornais catarinenses dizerem que mais R\$ 120 milhões foram cortados para o estado, além dos R\$ 50 milhões, como foi citado durante a semana inteira. Inclusive, está no DC de hoje novamente o deputado federal Paulinho Bornhausen falando dos cortes nos recursos para Santa Catarina.

Então, somente para fazer um registro ao povo catarinense, a União investiu em nosso estado, vou repetir, a União, o governo Lula, depois das cheias, muito mais do que o estado, somente para a cidade de Blumenau, que é governada pelo Democratas.

Vimos nos jornais de hoje o prefeito João Paulo Kleinübing reclamar da burocracia da Caixa Econômica Federal, informando, inclusive, que precisou liberar

R\$ 600 mil do seu caixa para a recuperação da ponte Bruno Schreiber. Mas no final do ano havia R\$ 6 milhões depositados na Caixa Econômica para o município aplicar, mas por falta de projeto não foram aplicados ainda.

É importante registrar que a União investiu em Blumenau R\$ 85,8 milhões; o município, R\$ 24,5 milhões; de doações vieram R\$ 20 milhões; do estado, R\$ 2,2 milhões; e da iniciativa privada, R\$ 3,1 milhões.

Então, querer questionar os recursos que estão sendo "cortados", entre aspas, do estado de Santa Catarina?! Temos que deixar claro o que representa esse questionamento de corte, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. que é de Joinville.

E a reclamação maior é porque dizem que de Joinville não foi cortado nada. Então, parabéns ao prefeito Carlito Merss e ao povo joinvilense, porque, e temos que ressaltar, apresentaram adequadamente os projetos para o PAC drenagem. Só para o município de Joinville são R\$ 68 milhões do PAC saneamento.

Portanto, esses recursos que dizem que estão sendo cortados, na verdade, estão sendo contemplados dentro dos recursos do PAC. São ao todo R\$ 535 milhões para o PAC drenagem. E nesses recursos estão listados 23 municípios do estado de Santa Catarina que serão beneficiados. E ainda há o PAC saneamento, do qual Joinville, por ser a maior cidade e por ter um dos menores índices de saneamento básico, foi contemplada com recursos porque apresentou projetos adequadamente.

Sabemos que o prefeito Carlito Merss pegou o município com certa dificuldade. Recentemente é que o prefeito conseguiu fechar o relatório das contas do governo anterior. Estive lá pessoalmente e vi que o programa de informática numa prefeitura daquele porte... Não entendo como puderam cometer tamanha excrecência administrativa!

A cidade de Joinville, com as verbas que virão do governo federal - e Joinville está dentro de Santa Catarina, é bom ressaltar para aqueles que dizem que existiram cortes -, terá mais de 50% da sua rede de esgoto tratada. E isso por si só já é uma coisa fantástica do ponto de vista do mundo ecologicamente sustentável que defendemos, pois se estará tratando da baía da Babitonga e isso é de fundamental importância.

Na realidade, existe uma luta política, temos que deixar claro, com a nossa senadora Ideli Salvatti, líder do governo. Estão falando que o estado perdeu recursos do ministério da Integração. Mas o ministro da Integração é do PMDB e não do PT. Temos que deixar isso claro. E o governador de Santa Catarina é do PMDB.

No entanto, os cortes que existiram foram compensados na sua magnitude com recursos de outros programas. E ainda há os recursos do ministério das Cidades, que tem mais recursos para o estado de Santa Catarina. Também é bom deixar claro que esses recursos que dizem, e estão batendo nisso, estar sendo cortados são recursos programados a cada final de ano, das



chamadas emendas de bancada. Não são os recursos das emendas individuais dos deputados federais.

O governo Lula, em 2007, aplicou das emendas de bancada 27% do que havia sido apresentado para o estado de Santa Catarina. Em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, na passagem para o governo Lula, haviam sido aplicados apenas 4,7% dos recursos orçados. Então, ano a ano as liberações de emendas de bancada vêm sendo aumentadas em todos os estados brasileiros, não somente no estado de Santa Catarina. E este ano deveremos chegar a 47% das emendas de bancada.

Então, está-se tentando colocar para a população de Santa Catarina que estão sendo cortados recursos do estado. Ao mesmo tempo as obras pactuadas pelo governo, deputado Sargento Amauri Soares, para Santa Catarina estão sendo executadas uma a uma.

Quanto à BR-101, deputado Manoel Mota, que foi motivo de debates importantes recentemente, vocês fizeram a viagem para acompanhar e viram como está evoluindo no momento, inclusive até mais rápido do que se imaginava. E sabemos que até o ano que vem parte da estrada basicamente vai estar toda duplicada, faltando alguns pontos apenas.

Por isso, cabe à Oposição, sim, faz parte dela, fazer esse debate. E cabe-nos, como defensor de um governo que transforma este país e está servindo de exemplo para um mundo em crise, defender aquilo que é justo, lícito, democrático e, principalmente, um governo que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0488/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0014/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com o voto contrário do deputado Sargento Amauri Soares.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0589/2009, 0590/2009, 0591/2009, 0592/2009 e 0593/2009, de autoria do deputado Romildo Titon; 0594/2009 e 0595/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0596/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 1.220/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.221/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 1.222/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.224/2009, 1.225/2009, 1.226/2009, 1.227/2009 e 1.228/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 1.223/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente da Unidade Regional do Rio Grande do Sul da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, solicitando gestionar junto à Autopista Litoral Sul providências urgentes visando à abertura de um retorno na BR-101, no bairro São Cristóvão, no município de Penha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.160/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador de Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional da ANTT, solicitando a instalação de iluminação nas pontes da BR-101, nos municípios de Navegantes e Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.161/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos ministros do Meio Ambiente, Integração Nacional e das Cidades, solicitando a liberação e ampliação de recursos técnicos e financeiros destinados às ações de recuperação dos municípios da região do vale do Itajaí atingidos pela enchente em 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.163/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao diretor do Departamento Nacional de Registro e Comércio, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente da Junta Comercial de Santa Catarina, solicitando providências para a imediata interligação das bases de informação do Departamento Nacional de Registro e Comércio e a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.203/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do DNIT,

solicitando providências administrativas emergenciais junto à Autopista Litoral Sul quanto à instalação de iluminação no viaduto de entrocamento da BR-470 com a BR-101, no acesso ao município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.204/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e à ministra-chefe da Casa Civil, solicitando soluções para alterar o trevo de acesso ao município de Alfredo Wagner, na BR-282, sentido Lages/Florianópolis, transformando-o em rotatória única a ser utilizada para todos os sentidos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

As demais matérias necessitam de quórum qualificado, e é visível que não dispomos neste momento. Por isso, serão transferidas para a próxima sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na manhã de hoje.

O sr. Adilson Mota atualmente é dono do maior e um dos melhores pontos turísticos de Santa Catarina, localizado em Penha. O seu engenho atende milhares de pessoas por dia. Portanto, queremos parabenizá-lo não só pelo atendimento, mas também pela forma como recebe as pessoas e pelo nível elevado da estrutura que possui. O engenho é famoso não só em Santa Catarina, mas também em muitos lugares do mundo e quando lá chegamos podemos ver uma imagem altamente positiva.

Portanto, parabéns a toda a sua família, a toda a sua equipe de trabalho, também pelo engenho de Balneário do Arroio do Silva, que possui a mesma estrutura, a mesma capacidade de trabalho e de formação de profissionais para fazer o trabalho bonito que fazem.

Quero com muita honra saudar um dos mais jovens deputados que assume nesta Casa, Carlos Chiodini. Ele sabe do nosso carinho porque já esteve aqui conosco. E agora, com a ida do eminente deputado Julio Garcia para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, que nós ajudamos a conduzir, com a permanência de Valdir Cobalchini na secretaria de Articulação, a juventude do PMDB volta a esta Casa para fazer o seu trabalho e repre-

sentar a sua região. E com certeza fará um belo trabalho.

Queremos cumprimentá-lo, dar as boas-vindas e dizer que continue sentindo-se em casa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, eminente Blumenauense, que faz um belo trabalho nesta Casa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Eu quero, aproveitando o pronunciamento de v.exa., dar as boas-vindas ao deputado Carlos Chiodini. Eu conheço bem a cidade de Jaraguá do Sul e conheço bem a índole do deputado Carlos Chiodini. Sei também da sua família, do seu perfil empreendedor e tenho certeza absoluta de que ele aqui está para o engrandecimento do Parlamento catarinense.

Seja bem-vindo, deputado Carlos Chiodini!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Jaraguá do Sul tem um povo competente, pois há poucos dias tínhamos aqui um representante daquela cidade, o deputado Dionei Walter da Silva, e agora temos Carlos Chiodini, ou seja, há sempre um representante na Casa oriundo daquela belíssima cidade.

Quero aqui dizer que vale a pena trabalhar, lutar e buscar resultados, mas não vale a pena conviver com uma situação que está ocorrendo em Santa Catarina. Ou seja, levamos 19 anos lutando para conseguir R\$ 22 milhões para fazer uma obra que é fundamental, a serra do Faxinal, da Cidade dos Canyons, que liga Santa Catarina a Canela, Gramado e Caxias do Sul. A metade está pronta, mas agora a empresa vai sair porque não conseguimos a licença ambiental para terminar uma obra que já está quase pronta, por onde já passam automóveis, caminhões. Apenas falta pavimentar, mas não conseguimos a licença ambiental para continuar executando as obras da serra do Faxinal, que é uma estrada que vai diminuir em 200km a distância do sul do estado às cidades de Canela, Gramado e Caxias do Sul, ligando o norte do Rio Grande do Sul com o extremo sul de Santa Catarina.

É inacreditável! Já perdi quase todos os meus cabelos lutando pela BR-285, que liga Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Só faltam 25km.

Nós conseguimos colocar no Orçamento, através da única emenda coletiva do Fórum Parlamentar Catarinense, a fim de que a obra pudesse ser licitada, mas agora não vai haver licitação porque não conseguimos a licença ambiental.

Não dá para acreditar que tenhamos hoje um órgão como o Ibama que dá um passo para frente e três para trás. Não é um, não, são três para trás! O Ibama presta um desserviço a Santa Catarina. O Ibama é sinônimo de entrave ao desenvolvimento.

Eu também sou a favor da preservação do meio ambiente, mas todos somos parte do meio ambiente e precisamos sobreviver. E para sobreviver precisamos de obras importantes, que façam a transposição de uma barreira geográfica

sem limites, onde estão situadas belas obras da natureza, as serras do Itaimbezinho e da Rocinha. Mas não conseguimos licença. Será, então, que vamos ter que usar de meios não convenientes para arrancar a licença? Será que vamos ter que fazer algumas tomadas?

Com a BR-101, sr. presidente, já foi uma vergonha. Para arrancarmos a licença foram ceifadas vidas e mais vidas. Houve uma invasão ao Ibama, um trabalho de gigante, para conseguir a licença ambiental. E agora não estamos conseguindo a licença ambiental das obras principais para o desenvolvimento da indústria sem chaminé, que não polui.

A barragem do rio do Salto é uma obra que vai diminuir em 50% as cheias do extremo sul de Santa Catarina e tem que ser realizada até para abastecer os perímetros urbanos e manter o equilíbrio dos rios. O maior plantio de arroz irrigado do Brasil é feito lá, mas não conseguimos a licença para executar a barragem do rio do Salto, sendo que a obra consta do PAC e do Orçamento do governo do estado.

Também as obras da Interpraia, a última bandeira defendida por mim nesses 26 anos de vida pública, não podem ser iniciadas porque não conseguimos a licença ambiental.

Então, eu vou dizer uma coisa: hoje estou bem calmo, mas daqui para frente eu não assumirei nenhuma responsabilidade sobre o tamanho que terá o meu pronunciamento e a forma como vou encerrar essa situação, que para mim é de desmando. E eu não vou admitir que um órgão possa entrar o desenvolvimento turístico que faz parte da vida do ser humano.

Eu não posso acreditar que uma promotora pública federal, lá de Caxias do Sul, possa ter alegado que o asfalto iria matar dois casais de pererecas. Eu acho que não vivo neste país! Creio que eu vivo em outro mundo! Eu não posso acreditar que estou vivendo num país onde um casal de pererecas vale mais do que a vida do ser humano e do que o desenvolvimento!

Quer dizer, isso é uma coisa que não dá para acreditar! Não dá para ficar aqui de braços cruzados! Então, vou tomar medidas. Primeiro irei buscar pelos caminhos legais. Se não der, eu não me responsabilizo pelos desdobramentos que vão ocorrer. Eu já encarei o fechamento da BR-101 durante sete ou oito horas e respondo a quatro processos na Polícia Federal! Assim, não me custa receber dois do Ibama. E essa licença vai sair, ou vocês vão ouvir falar do que vai acontecer, com decisão! Porque eu não posso admitir que um órgão impeça o desenvolvimento quando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está feito o registro, deputado Manoel Mota.

Esta Presidência comunica, a pedido do deputado Giancarlo Tomelin, que s.exa. usará a palavra no lugar do deputado José Natal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grando.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Professor Grando, o próximo orador inscrito seria o deputado José Natal, mas em virtude de acordo, a tribuna será ocupada pelo deputado Giancarlo Tomelin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, minhas senhoras e meus senhores, deputado José Natal, nesta semana o Parlamento catarinense deu um passo muito grande para implantar a lei contra o fumo em ambientes fechados, privados ou públicos, de uso coletivo. Até que enfim, depois de um ano nesta Casa - nós demos entrada em setembro do ano passado - Santa Catarina vai entrar nesse quesito, que é de modernidade e turismo.

Deputado Jailson Lima - e v.exa. é médico -, veja que quando Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai, resolveu implantar a lei do fumo naquele país, alguns disseram o seguinte: "Vai acabar o turismo. Vai fazer com que o turismo no Uruguai, em Punta del Este e nos cassinos seja extinto."

Tabaré Vázquez, um oncologista e presidente da República, resolveu implementar a lei no Uruguai, e implementou-a! O turismo não diminuiu, muito pelo contrário, aumentou e melhorou a qualidade de vida das pessoas. E vejam que o povo uruguaio fuma muito! E isso aconteceu no Uruguai.

Aqui no Brasil, o governador José Serra já implantou a lei, mandou-a também no ano passado para a Assembleia Legislativa de São Paulo, lá teve um trâmite um pouco mais célere e está implantada naquele estado, já dando bons resultados aos paulistanos.

Por isso, esta semana os deputados da comissão de Constituição e Justiça aprovaram o nosso projeto - e há projetos de outros deputados, é verdade - com algumas modificações que vamos discutir na comissão de Saúde, da qual eu e o deputado Antônio Aguiar, que é autor também de um projeto parecido, fazemos parte. Precisamos discutir se as mudanças feitas na comissão de Constituição e Justiça devem permanecer ou precisam ser alteradas.

E você, catarinense, tem que dar a sua opinião, porque ao longo deste ano muita coisa foi falada, deputado Pedro Uczai, como, por exemplo: "Haverá desemprego em massa dos fumicultores". E isso não é verdade, pois 80% do fumo plantado em Santa Catarina é exportado, 18% ou 19% desse mesmo fumo plantado em Santa Catarina é consumido no eixo Rio/São Paulo, onde a lei já está implantada.

Essa questão foi levantada, exige a preocupação de nossa parte também, mas não era verdade e mesmo assim materializou-se. E que bom que os fumicultores estão sabendo disso agora.

A lei será implantada em Santa Catarina porque quem fuma, deputado José Natal, tem o direito de fumar, é um direito constitucional, mas quem não fuma tem o direito constitucional de não fumar. É uma lei não contra o fumante, mas pela saúde dos catarinenses. Foi por isto e para isto que vim para o Parlamento catarinense: para lutar por mais qualidade de vida, por saúde,

por emprego, por renda, por um estado pujante, e é isso que tenho tentado fazer dando a minha contribuição.

O projeto de lei ainda irá para a comissão de Saúde e lá teremos que debater se realmente as modificações feitas na comissão de Constituição e Justiça devem permanecer ou não. Em relação a uma das mudanças eu sou totalmente a favor, deputado José Natal, que é permitir o fumo nas varandas, em ambientes abertos, como terminais de ônibus, campos de futebol. A lei tem que ser para ambientes fechados, privados ou públicos, de uso coletivo, para permitir que o não fumante tenha resguardado o seu direito sagrado de não fumar.

É para isso que elaborei esse projeto de lei e ele estará logo, logo aqui no plenário, deputado Peninha, para ser discutido de forma aberta, sincera, para ser aprovado e implantado em nosso estado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço em aparte o deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, na verdade onde acontecem a apresentação e a discussão calorosa de projetos e emendas é nas comissões, e v.exa. acabou de fazer um relato agora do que está acontecendo.

Mas quero dizer ao amigo que o PSDB está sempre pensando na frente, o PSDB pensa o Brasil e o mundo. Foi isto o que José Serra fez em São Paulo: saiu na frente! Isso é para mostrar para este país que o PSDB é a modernidade, sempre foi e haverá de ser.

Eu já fui fumante, mas as pessoas fumam perto de mim sem problemas, não sou um ex-fumante chato, e dizia a alguns amigos por aí afora que o mundo dos fumantes estava ficando cada vez mais limitado, que sentia vergonha de fumar em alguns ambientes onde era permitido por lei fumar, mas a maioria não fumava. Eu me sentia assim. E quem é meu amigo sabe o que eu falava por aí afora nesse sentido.

Mas vamos avançando, o país precisa avançar e Santa Catarina - e quero novamente afirmar aqui - é, sim, um estado diferente dos demais estados brasileiros. O projeto de lei de v.exa. é um ajuste que, com o apoio dos demais deputados, irá beneficiar toda a sociedade de Santa Catarina, respeitando os fumantes. O não fumante poderá dizer: "Aqui, não, dentro da Assembleia, em espaço fechado nenhum você poderá fumar! Mas lá na rua, num espaço reservado, você pode fumar". Porque alguns fumam em banheiro, fumam em qualquer lugar, e quem é fumante sabe disso. Eu, que já viajei por este país e até para o exterior, ia fumar clandestinamente nos banheiros. Não tenho vergonha nenhuma de dizer isso. E muitas pessoas também já fizeram isso porque deixar de fumar não é fácil! É muito complicado!

Mas somo-me a v.exa. e quero ver resultados. Com certeza, os fumantes, mais tarde, irão ficar felizes pela sua lei, pela lei que está sendo melhorada pelos deputados desta Casa que pensam no bem de Santa Catarina.

E o PSDB faz a diferença nesse sentido. V.Exa. deu entrada neste projeto assim que chegou a esta Casa. Por ser tão

complexa, até agora a matéria está tramitando, mas na hora em que vier a plenário para ser votada, virá em favor de quem fuma e também de quem não fuma.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado, deputado José Natal.

E faço ainda duas considerações. Tive um debate acalorado, num canal de televisão, com os operadores de turismo, os hoteleiros, donos de restaurantes, e naquele momento, há um ano, eles tinham uma posição radical. Hoje já sei que, inclusive, nos núcleos das Associações Comerciais e Industriais já houve discussões sobre o fumo em ambiente fechado e já há uma consciência porque você, catarinense, já não fuma na igreja, não fuma na escola, não fuma nos aviões, não fuma dentro dos elevadores. E passará também a não fumar em bares, restaurantes e hotéis.

E para isto que vem a lei: para disciplinar, para fazer com que possamos ter uma sociedade mais livre. E para isso é preciso regulá-la. E é isso que Rousseau diz em *O Contrato Social*, ou seja, que quanto mais leis houver, mais livre será o ser humano. Não é isso, deputado Pedro Uczai? E v.exa. é um filósofo!

Tenho convicção de que essa lei será um avanço para os catarinenses. Santa Catarina é um estado símbolo do turismo, e quem fuma não consome, e quem está ao lado de quem está fumando via de regra para de consumir.

Por isso, donos de restaurantes, hoteleiros, donos de bares e boates, tenham certeza de que é uma lei também para o turismo de Santa Catarina, para os fumicultores e também para os catarinenses. Tenham certeza de que é uma lei a favor da saúde, a favor da qualidade de vida, a favor do desenvolvimento econômico e social sustentável do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes.

(Pausa)

Na ausência do deputado Décio Góes, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, e srs. deputados, utilizo este horário para prestar uma homenagem especial a um grande amigo que não está mais entre nós, uma vez que foi enterrado no domingo, o prefeito do município de Taió, ex-prefeito hoje, Horst Gerhard Purnhagen - e inclusive foi prefeito por duas vezes daquele município -, que faleceu na última sexta-feira, aos 72 anos de idade.

Muitas vezes nós só nos lembramos de homenagear as pessoas quando elas já se foram. As pessoas boas, que muito fizeram pela comunidade, por nós, pelo município, pelo estado, muitas vezes só são homenageadas depois que elas não estão mais entre nós. Mas, felizmente, no caso do sr. Horst Gerhard Purnhagen tive, pessoalmente, a oportunidade de homenageá-lo no dia 27 de junho de 2005, quando esta Casa entregou a Medalha Carl Hoepcke

ao empresário, político e cidadão Horst Gerhard Purnhagen por sua atuação de destaque nas áreas social, educacional, ambiental, econômica, empresarial, enfim, pela sua grande contribuição, não só para Taió, mas para toda Santa Catarina.

O sr. Horst Gerhard Purnhagen era um desses homens diferentes, ímpares, que não existem mais na nossa época, deputado José Natal. Ele, como empresário da área papelaria, transformava o lixo em matéria-prima de alta qualidade, reciclava o lixo e transformava-o em papel. Portanto, era um empresário bem sucedido no município de Taió. Foi duas vezes prefeito da sua cidade e nunca utilizou um só centavo do seu salário. Sempre doou para as instituições e para a comunidade.

Muitas e muitas vezes ele veio a Florianópolis, visitou-me no meu gabinete, mas sempre com seu carro próprio e com o motorista particular da sua empresa e nunca da prefeitura. Numa determinada época, a sua esposa foi secretária municipal, mas ele disse que ela seria secretária, mas não receberia salário. E ela não recebeu!

Ele era um homem que fazia política por doação, um empresário bem sucedido. E lembro-me bem que, quando eu e o deputado João Matos estivemos na sua casa insistindo para que ele fosse candidato a prefeito porque Taió e o PMDB precisavam dele, ele relutou, relutou e acabou sendo convencido por um argumento muito forte. Ele nos disse: "É verdade, Taió já fez tanto por mim, pela minha família, as minhas empresas aqui deram certo, vim para cá e fui bem recebido. Por que não doar-me um pouco para o meu município e para a minha comunidade?" E foi isso que ele fez, ele se doou.

Era um homem diferente, e o deputado Jailson Lima o conheceu muito bem. Foi um empresário que pensava em progredir, é verdade. Aliás, eu usava na sua homenagem a seguinte frase: "Quem quer progredir pensa grande, quem quer avançar olha longe". Ele realmente pensava grande, pensava longe, mas sempre com muita honestidade e com muita seriedade, sempre preocupado em fazer as coisas certas, honestas.

Deixou um grande legado e, acima de tudo, um grande exemplo não só para a sua família, para os cidadãos do município de Taió, os seus companheiros e amigos, mas também para todos os políticos, porque, hoje, na grande maioria dos casos, vemos políticos pensando em pegar cargos para ganhar vantagens. Ele, não! Ele pensou em assumir um cargo para beneficiar a sua comunidade e nunca usou um só tostão do seu salário de prefeito para si próprio. Foi um homem diferente do seu tempo.

Por isso, estou aqui, neste momento, prestando esta homenagem póstuma, é verdade. No dia do seu enterro estavam presentes o governador Luiz Henrique, que fez um discurso bonito, assim como três ex-governadores: Eduardo Pinho Moreira, Paulo Afonso e Casildo Maldaner. Eu brincava, deputado José Natal, dizendo que dos ex-governadores do PMDB de Santa Catarina só faltava o Pedro Ivo, mas com certeza deve estar lá junto com ele e neste momento estão abraçados, porque também foi outro político honesto e sério que Santa

Catarina teve e que nos deixou. Sem dúvida alguma, deixaram grandes exemplos dentro do nosso estado.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, concedo com muita honra, mas antes quero parabenizar v.exa. que é o deputado mais jovem desta Casa e que, com certeza, fará um grande trabalho pela sua região e pelo alto vale, que conhece muito bem e que também conheceu o prefeito Horst Gerhard Purnhagen. Lembro de uma vez que estivemos juntos num encontro festivo, lá no município de Taió.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Deputado Peninha, faço questão de parabenizar a sua iniciativa, que ressalta as qualidades e a pessoa do ex-prefeito de Taió, Horst Gerhard Purnhagen que, infelizmente, faleceu. Mas o seu gesto enobrece a trajetória de Horst Gerhard Purnhagen, toda a sua história e a sua família.

Quero também estender os cumprimentos da comunidade de Jaraguá do Sul, ele que era meu conterrâneo, nasceu lá, mas que construiu sua vida toda no alto vale catarinense. Estendo também meus cumprimentos à família do sr. Horst Gerhard Purnhagen e a todos os seus companheiros.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado pelas palavras, o sr. Horst Gerhard Purnhagen as merecia.

Mas quero aproveitar também o final deste espaço para me referir à minha programação de final de semana. Eu tenho feito sempre isso, deputado José Natal, nas quintas-feiras, ou seja, falar sobre a minha programação, que agora é muito mais intensa, porque estou envolvido no projeto de me eleger deputado federal e aí é mais complicado.

Vou fazer rapidamente o relato de alguns pontos da minha agenda. Hoje à noite estarei em Rio dos Cedros, quando teremos a abertura da 20ª Festa Trentina, grande festa, para a qual quero convidar todos para estarem conosco naquele município. Na sexta-feira estarei, pela manhã, no município de Pouso Redondo, numa força-tarefa. Às 16h, em Laurentino e à noite, deputado José Natal, na abertura da Festa Estadual do Queijo daquele município. Logo após a festa, passarei lá em Rio do Sul, na festa de aniversário do reitor da Unidavi, sr. Viegand Eger, que estará comemorando 70 anos de idade.

No sábado de manhã estarei em Taió, numa força-tarefa naquele município: às 10h teremos a inauguração da PCH Breno Heidrich Neto, com a presença do governador e do novo prefeito, que faço questão de citar, sr. Ademir Dalfovo, que era o vice-prefeito, que também já foi prefeito, um homem muito honesto. Taió terá um substituto à altura do sr. Horst Gerhard Purnhagen. Já ao meio-dia voltaremos à Festa Estadual do Queijo, desta vez com o governador. À noite estarei em Ibirama participando do casamento da filha da vereadora Maria da Graça de Souza Feijó, grande amiga que tenho lá no município.

No domingo estarei no município de Major Gercino, na localidade de Pinheiral, participando de uma festa local. A segunda-

feira, dia 7 de setembro, será um dia muito intenso, porque estarei participando de diversos desfiles cívicos em muitos municípios de todo o vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, tenho várias coisas importantes para discutir na manhã de hoje, mas quero referir-me a um assunto sobre o qual há um certo silêncio da grande imprensa, dos meios políticos e do próprio Parlamento, que é a proposta aprovada no Congresso da Colômbia sobre a segunda reeleição de Álvaro Uribe. Ninguém diz nada? Por que não se fala? Eu hoje ouvi Arnaldo Jabor quando vinha para cá e ele dizia que o democrata Álvaro Uribe, infelizmente, estava fazendo algo para ser comparado ao ditador Hugo Chávez.

Eu quero falar sobre essa inversão de conceitos e do perigo das palavras proferidas para a sociedade, que ouve os políticos, que ouve os meios de comunicação, que lê os jornais, com essa inversão da palavra democracia.

Foi citado aqui pelo deputado Giancarlo Tomelin o filósofo suíço Rousseau, um dos contratualistas, o mais querido - e não é à-toa que o deputado fala dele com frequência -, que falava da democracia como uma vontade soberana do povo. Ele se remetia à democracia grega, ao período democrático evidentemente, que reunia os cidadãos na praça para decidir e lamentava que nas sociedades de grande população fosse difícil realizar essa prática de reunir as pessoas em praça pública para decidir as questões mais importantes.

Mas nós temos mecanismos modernos para efetivar isso, a tecnologia possibilita, como, por exemplo, o referendo popular, o plebiscito. E esses métodos têm sido chamados por uma parcela importante dos chamados formadores de opinião de ditadura plebiscitária. Como se ouvir a vontade do povo nas questões mais importantes para uma sociedade fosse indesejável, ruim!

Álvaro Uribe, que está transformando a Colômbia num quartel dos Estados Unidos aqui na América do Sul, não só aumentou o número de bases militares americanas na Colômbia, com 1.400 militares dos Estados Unidos naquele país, como está doando a estrutura militar da própria Colômbia para serem gerenciadas pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Ele tem massacrado o seu povo, impedindo a democracia naquele país e é chamado de democrata.

Niencheski, outro sociólogo, filósofo, dos Estados Unidos, diz que democracia para essa gente é o direito dos monopólios explorarem os povos, porque Álvaro Uribe tem ligações familiares com o narcotráfico, até com Pablo Escobar, do Cartel de Medellín, e comprou ou ganhou, inclusive, um avião que pertenceu a Pablo Escobar.

Então, não há como transformar Uribe em grande defensor da democracia,

dos direitos humanos na América Latina, em contraposição a outros governos que eu considero democratas na essência da palavra, voltados à vontade popular, à soberania da vontade popular. Então, a Colômbia não é dos países mais democráticos, não! Há outros com uma democracia muito mais forte e estabelecida.

A reeleição foi inventada no Brasil por Fernando Henrique Cardoso, na Argentina, por Carlos Menem, no Peru, por Alberto Fujimori e todo mundo aplaudiu à época, mas agora está virando pecado quando alguns governos a propõem. Agora, o governo Uribe propor ou é aceitável ou é uma pena, porque afinal é um democrata.

A inversão do significado das palavras é o grande problema. Temos que tomar cuidado para não as usar de forma indevida pela generosidade da língua portuguesa, porque se pode transformar verdadeiros ditadores, que massacram o seu povo, em democratas e pode-se transformar a vontade soberana do povo em vilania ditatorial. Esse é o cuidado que temos que ter nesses tempos.

Mas, deputado Jailson Lima, quero falar sobre outro assunto, que é o mais importante da atualidade e vai ser o mais importante nos próximos seis meses para toda a população, para toda a sociedade brasileira, que é a nova legislação de regulação da exploração e produção do petróleo.

Esta semana nós tivemos um acontecimento importante, que foi o lançamento, por parte do governo Lula, do governo federal, do plano para exploração e produção, a sua política energética na área do petróleo e do gás. O governo federal lançou e já enviou ao Congresso Nacional quatro projetos para regulamentar a exploração do petróleo que está abaixo da camada de sal, na camada pré-sal, numa profundidade de até 7.000m.

Imediatamente houve uma grande gritaria de setores da imprensa, de setores da política e dos partidos políticos nacionais. A Oposição no Congresso Nacional, inclusive, está boicotando, porque considera um absurdo o governo mandar projeto para ser aprovado em três meses, em regime de urgência.

Na manhã de hoje ouvi deputados da Situação em Santa Catarina e deputados de oposição ao governo federal lamentarem esse fato. Três meses é muito pouco tempo para discutir o assunto. Mas nós tivemos aqui projetos importantes para a população de Santa Catarina que foram empurrados através de medida provisória ou mesmo de projeto de lei complementar que tivemos uma semana para discutir nesta Casa. Então, a questão não é o prazo.

A Oposição no Congresso Nacional, a Oposição ao governo Lula que se manifesta desta tribuna, tem usado a questão do método, do prazo para questionar o conteúdo dos projetos. O conteúdo dos projetos nós ainda estamos lendo e estudando com mais profundidade, mas desde já quero dar um sonoro parabéns ao presidente Lula e ao governo federal nessa questão. Só a chiadeira da burguesia nacional e dos monopólios internacionais e só a chiadeira dos partidos políticos que governaram o Brasil e que quebraram o

monopólio da Petrobras em 1997, através da Lei n. 9.478/97, já demonstram que há muita coisa boa nesses quatro projetos que o governo federal mandou para o Congresso.

Os monopólios privados, que nunca investiram para desenvolver a tecnologia no Brasil, ficaram sempre a reboque dos investimentos públicos para enriquecer às custas dos gastos com recursos públicos feitos pelo governo brasileiro, ficaram todos muito sentidos dizendo, inclusive, que a prevalecer essa posição do governo, muitas empresas que trabalham na área de petróleo, infelizmente, vão parar de investir, vão embora.

Eu diria, deputado Pedro Uczai, com toda tranquilidade, com toda clareza e com absoluta certeza - e não é um mero discurso ideológico -, que a Helms-Burton e tantas outras que há por aí, que vieram para o Brasil sugar o investimento que o estado brasileiro fez ao longo das últimas décadas, para enriquecer às custas do nosso patrimônio, podem ir embora. Com toda tranquilidade democrática legítima, entendendo ser essa a necessidade e a vontade majoritária do nosso povo. Os monopólios da exploração do petróleo podem ir embora ontem, não deixem para amanhã.

E a Oposição no Congresso Nacional tem que parar de falar de prazos, tem que parar de arrumar desculpas, tem que parar de dizer que três meses para aprovar não é um tempo hábil. Já aprovamos coisas aqui importantes em uma semana. Agora, portanto, não podem dizer que três meses é pouco tempo!

Parabéns, governo Lula por ter dado à Petrobras o direito único e exclusivo de operar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, fico feliz, e não poderia ser diferente, com a postura do deputado Sargento Amauri Soares, porque temos a mesma construção político-cultural em termos de defesa do Brasil enquanto país soberano, enquanto nação, ou seja, os recursos estratégicos têm que estar na mão do estado.

Por isso, a direita, os liberais e os neoliberais de ontem e de hoje, porque eles não morreram, estão aí, no dia a dia, tentam fortalecer-se num espaço e no outro e agora insistem em questionar. Foi bonito ver a reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre o fortalecimento do estado, sobre a estatização, sobre a soberania deste país, sobre a possibilidade de uma grande nação, sobre a utilização de recursos estratégicos para o desenvolvimento e, mais do que isso, o rosto social, o rosto científico e tecnológico da utilização do petróleo.

A indignação é porque se vai distribuir renda neste país com a utilização e com o fortalecimento de uma grande estatal, que é a Petrobras. Chega de privatização, essa forma fracassou no mundo, fracassou na América Latina e

também fracassou no Brasil. O discurso dos ex não pode proliferar e a sociedade brasileira tem que apostar.

Então, quero associar-me ao seu pronunciamento nessa direção e em seguida vou falar sobre o salário mínimo estadual, cuja aprovação na comissão de Economia no dia de ontem foi uma grande conquista.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte a v.exa. para construir também o seu raciocínio.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, aqui neste cartão, neste papel, há petróleo retirado do pré-sal. Eu não tenho nenhum receio de ser chamado de ufanista, de ser chamado de saudosista ou de outra coisa. É petróleo do pré-sal brasileiro, que ganhei de presente de um trabalhador da Petrobras. E estou muito feliz em dizer que o petróleo do pré-sal é nosso e vai ser usado para soberania, para melhorar a saúde, a educação, a ciência e tecnologia, a moradia, a infraestrutura e para as políticas estratégicas para o desenvolvimento do país.

Parabéns, mais uma vez, por todo o seu pronunciamento! Sei da felicidade de v.exa. pelo governo Lula ter tomado essa posição. Espero que mantenha e que não ceda mais tarde dizendo que pode ser discutido em dez anos, porque a esperança deles é que mude, que ali na frente eles possam reverter novamente e dar todo esse direito para todos esses monopólios que têm sugado o suor do povo trabalhador brasileiro.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Agradeço o aparte de v.exa., deputado.

Estava lendo a coluna do Celso Amorim, que dizia que o PSDB está buscando contratar uma empresa, a Houston, dos Estados Unidos, para assessorá-los na CPI da Petrobras, com interesse na sua privatização, claramente, no seu desmonte. Por isso a reação é tão forte, porque não só está-se fortalecendo a Petrobras, mas dando-se um salto estratégico para um Brasil grande, digno e solidário. Por isso a resistência da burguesia brasileira, da elite brasileira atrasada que não quer-se modernizar com o próprio Brasil.

Mas eu quero também aproveitar este momento de alegria, srs. deputados, para dizer que fui autor e primeiro proponente da implantação do salário mínimo estadual em Santa Catarina, para os pequenos, para a classe trabalhadora que recebe menos aqui no estado, há três anos. Depois retirei o projeto em comum acordo com as centrais sindicais e juntos fizemos uma grande mobilização para que o governo do estado apresentasse um projeto nesta Casa. Mas não foi possível, o governo do estado não apresentou. Fizemos o terceiro grande momento de mobilização e 50 mil catarinenses com seu título de eleitor assinaram a autoria de um projeto de iniciativa popular. Esse tipo de projeto está previsto na Constituição, que diz que 1% dos eleitores do estado, ou seja, 45 mil eleitores - e nós chegamos a 50 mil - podem assinar um projeto de iniciativa popular. E não foi somente um abaixo-assinado. Foi um projeto de autoria de quem assinou e colocou lá o número do seu título de eleitor. E com essa

mobilização o governo do estado cedeu e apresentou o projeto a esta Casa.

Ontem tivemos a reunião da comissão de Economia, à qual o deputado Professor Grando esteve presente e também votou a favor do projeto negociado com as centrais sindicais, com os setores empresariais, embora nem todas as emendas do setor empresarial tenham sido contempladas, mas fizemos o possível. A classe trabalhadora, as centrais sindicais cederam. O projeto não vai funcionar agora, mas a partir de janeiro de 2010. Portanto, houve a sensibilidade das centrais sindicais para que os empresários se organizassem no estado.

Além disso, haverá uma negociação tripartite entre empresários, trabalhadores e governo estadual, para que a cada ano o valor do salário mínimo regional seja atualizado em nosso estado. O que não mudou em todas as negociações em torno do projeto original foram os valores dos quatro níveis, que serão: R\$ 587,00 para a primeira categoria, R\$ 616,00 para a segunda categoria, R\$ 647,00 para a terceira categoria e R\$ 679,00 para as outras categorias de trabalhadores. Portanto, quatro categorias foram contempladas no estado.

Não temos dúvida de que isso vai garantir à classe trabalhadora do estado melhor massa salarial, isso é, atingirá diretamente 400 mil trabalhadores que terão mais dignidade, uma melhor condição de vida, mas irá atingir também, indiretamente, toda a economia catarinense, porque dinheiro no bolso do trabalhador é mais alimento, é mais vestuário, é mais eletrodoméstico, é mais consumo, principalmente para aqueles que menos recebem no estado. E nesse círculo virtuoso, o comércio vende mais, e se o comércio vende mais, a indústria irá produzir mais.

Eu falava aos empresários sobre esse círculo virtuoso que está acontecendo no Brasil que a forma de resposta à crise é aumentar o valor real do salário mínimo, investir em programas sociais, investir em infraestrutura, investir em crédito. E baixando a taxa de juros, o governo do presidente Lula está dando essa resposta ao Brasil. Aumentou o salário mínimo real e não aumentou a inflação.

O discurso da direita, o discurso dos empresários era que aumentar o salário mínimo acima da inflação iria aumentar a inflação, mas não aumentou. Pelo contrário, a crise está sendo revertida, hoje, no Brasil porque as classes "C", "D" e "E" estão tendo poder de compra. Mais de 80% das negociações salariais das classes trabalhadoras, neste último ano, foram acima ou igual ao índice de inflação. É assim que se responde à crise.

Parabéns a todos os parlamentares que se envolveram, parabéns às centrais sindicais. Eu me orgulho de ter participado junto com a nossa bancada, com o meu líder, deputado Dirceu Dresch, com a deputada Ana Paula Lima, com os deputados Décio Góes, Jailson Lima e Padre Pedro Baldissera, e junto com os demais parlamentares dessa luta. E acho que foi a vitória da mobilização.

Naquele dia em que aportaram nesta Casa as 50 mil assinaturas,

deputado Sargento Amauri Soares, eu disse: "A luta fez a lei". Só vamos votar na próxima quarta-feira, neste plenário, o projeto, em virtude da mobilização e da união das centrais sindicais. É histórico isso. As centrais sindicais, pela primeira vez nesta última década, juntaram-se, uniram-se, em uma luta comum, a ampliação do salário da classe trabalhadora do nosso estado, principalmente daquela parcela que tem os menores salários, ou seja, 400 mil trabalhadores.

Por isso estou aqui comemorando essa primeira vitória na comissão de Economia; na próxima terça-feira vamos votar o projeto na comissão de Constituição e Justiça e, conforme acordo das lideranças com o líder do governo, na quarta-feira vamos deliberar neste plenário. E não tenho dúvida de que irá ser aprovado por unanimidade nesta Casa, permitindo que os trabalhadores de Santa Catarina, a exemplo de oito estados do país que já possuem salário mínimo estadual, possam ser contemplados, possam ter mais dignidade. E isso significa mais vontade de trabalhar, mais vontade de viver, mais qualidade de vida e mais cidadania. É assim que devemos pensar o futuro do estado.

Eu comemoro essa conquista, eu comemoro essa vitória, porque comemoro a conquista dos pequenos deste estado, daqueles que trabalham e que vivem com pouco salário. Aumentar o salário é aumentar a dignidade e alavancar o futuro deste estado.

Por isso, vamos comemorar na quarta-feira que vem a conquista da luta, da mobilização. A luta fez a lei e a exemplo do art. 170, que...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero registrar a presença nesta Casa do ex-vereador, ex-prefeito, o companheiro Arnaldo Pereira Chaves, que está acompanhado da sua esposa, dona Ivone.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, do PP, da cidade de Joinville.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, catarinenses e todos aqueles que nos estão acompanhando, não poderia deixar, sr. presidente, de falar sobre dois assuntos os quais estive acompanhando esta semana, em Brasília.

Estive acompanhando os deputados Darci de Matos, Nilson Gonçalves e a deputada Ana Paula Lima na questão da demarcação das terras indígenas da região norte, abrangendo os municípios de Barra do Sul, Araquari e São Francisco do Sul. Nós estamos vivendo um problema, um enfrentamento jurídico mesmo, e no próximo dia 14, aqui na Assembleia Legislativa, às 15h, será feita uma reunião com os deputados estaduais e também com a bancada federal, para que possamos articular de uma forma mais ostensiva, até, uma reação que

minimize o impacto que causado por essas medidas tomadas pelo governo federal.

Também pude participar ontem, em Brasília, no Palácio do Itamaraty, da assinatura de convênio entre o ministério das Cidades, que é comandado pelo nosso partido, através do ministro Márcio Fortes, o governo federal e o município de Joinville, através da Companhia Águas de Joinville, num valor muito bom.

Hoje, infelizmente, somente 14% do município de Joinville são cobertos por rede coletora de esgoto. Nós vamos, com esses recursos que podem alcançar R\$ 65 milhões, chegar a mais da metade, ou seja, poderemos atingir 53% ou até 55% da cidade com rede de esgoto tratado.

O deputado Jailson Lima, que é médico e que já foi prefeito em Rio do Sul, sabe muito bem o que significa o tratamento de esgoto. Para cada R\$ 1,00 investido em saneamento básico, chegamos a economizar até R\$ 5,00 em saúde. Esses recursos vêm do PAC saneamento, através de empréstimo, e têm uma contrapartida de R\$ 3,5 milhões da prefeitura de Joinville.

Então, quero fazer esse registro e agradecer pessoalmente, em nome de Joinville, ao suplente de deputado federal e hoje secretário nacional de Saneamento, Leodegar Tiscoski, que tem um olhar muito atento para Santa Catarina. E conversando, ontem, ele me dizia que tem feito o possível para puxar para o estado parte desses recursos do PAC saneamento. Existem algumas regras, como a capacidade de endividamento do município e a questão populacional, mas o que ele tem podido trazer, está trazendo.

Estiveram lá também participando da assinatura de convênio a prefeitura de Balneário Camboriú, a de Itajaí, através do prefeito Jandir Bellini, nosso ex-colega, bem como a prefeitura de Imbituba, que receberão esse financiamento para saneamento e para tratamento de água.

Por isso, quero deixar aqui a minha mais sincera gratidão ao deputado Leodegar Tiscoski, secretário nacional de Saneamento, e ao ministro Márcio Fortes, pois sempre que há bons projetos tem feito a liberação dos recursos.

Por último, sr. presidente e srs. deputados, quero deixar aqui um protesto em virtude do prefeito de Joinville, Carlito Merss, ter cancelado o desfile cívico de Sete de Setembro, usando como motivo a gripe suína.

Eu entendo que as escolas se preparam para esse dia, os alunos se preparam para esse dia, o nosso 62 Batalhão de Infantaria se prepara para esse dia, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e tantos outros se preparam para ir às ruas comemorar a independência do Brasil no dia 7 de setembro. E agora o prefeito cancela, na maior cidade do estado de Santa Catarina, o desfile de Sete de Setembro, alegando que poderia ser um risco para a contaminação da gripe A. Ora, isso é, no mínimo, uma insensibilidade muito grande numa época em que nós, deputado

Sargento Amauri Soares, queremos despertar nas nossas crianças o sentimento nacionalista, patriótico.

Eu me lembro muito bem de que, criança, no colégio, quando chegava à época do Sete de Setembro eu ficava feliz da vida, porque o meu pai ia comprar uma Conga ou até um Kichute. Era um sucesso, desfilávamos de Kichute com o cadarço amarrado na perna, porque ele era mais comprido. E nós íamos lá, com o Kichute apertado porque era novo, desfilar na parada de Sete de Setembro. Ou então, era uma Conga, porque o Kichute era mais caro.

Hoje eu fiquei de cara, como se diz na gíria, com o prefeito Carlito Merss, que cancelou o desfile cívico por causa da gripe A. Mas o desfile é feito ao ar livre! Eu não consigo entender. Eu não consigo entender! As escolas se prepararam, estavam todas prontas para ir às ruas e comemorar a independência de nosso país. E agora, por causa da gripe A, não vai haver desfile em Joinville. Incrível! Incrível! Pela primeira vez eu vejo isso! Pela primeira vez eu vejo um prefeito cancelar o desfile do Sete de Setembro.

Deputado Pedro Uczai, e eu que acreditei tanto, que o apoiei no segundo turno! Como se não bastasse ele ter aumentado a tarifa de água, ter aumentado a tarifa de ônibus, agora cancelou o desfile cívico! Por quê? Porque vai haver aglomeração de pessoas e a gripe A pode proliferar-se?! Mas que barbaridade!

Ele teve o cuidado de cancelar o desfile cívico, mas não teve o cuidado de fazer triagem nos bairros para saber quem realmente está com suspeita de gripe A ou se é só uma dorzinha de cabeça, deixando os pronto-socorros lotados num momento de crise! Mas não! Agora, por conta da gripe, cancela o desfile de Sete de Setembro!

Deixo aqui o meu protesto registrado nos anais desta Casa, porque pela primeira vez Joinville não vai ter o desfile cívico porque o prefeito está com medo da gripe A. Ou estaria com medo de enfrentar a população?

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu diria ao deputado Kennedy Nunes que não tenho como trazer uma boa resposta neste momento. Nós vamos buscar informações em Joinville sobre as razões do cancelamento do desfile de Sete de Setembro.

Ao mesmo tempo, temos a informação extra-oficial, precisamos confirmar, de que em Jaraguá do Sul, próximo a Joinville, também foi decretado o cancelamento do desfile de Sete de Setembro pela mesma razão. E quem administra Jaraguá do Sul não é o PT, são outros partidos, inclusive o PP.

O seu partido, deputado Kennedy Nunes, não participa da administração em Jaraguá do Sul? Há outros partidos, que

não o nosso, com certeza, que governam aquele município, deve ser o Democratas também.

Então, precisamos ver as razões técnicas, as razões sanitárias, as razões de saúde pública para não nos precipitarmos em fazer qualquer defesa aqui e não ficarmos também somente com uma versão. Mas se há prefeitos cancelando atividades, inclusive escolas cancelando desfiles, acho que é um pouco por precaução. Agora, que a gripe A produziu impacto em muitos eventos, produziu.

Então, mesmo que o PP não faça parte da administração de Jaraguá do Sul, mas outra força política, quem sabe o cancelamento não tenha ocorrido pelas mesmas razões técnicas. Não se deve politizar esse processo de debate, porque acabaremos criando outras razões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - São democratas, deputado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero apenas dizer, deputado Pedro Uczai que nós não participamos do governo de Jaraguá do Sul, mas o meu partido participa da administração de Joinville, e é uma vergonha também! Não é porque o meu partido não seguiu a minha orientação em Joinville! Não é questão partidária, não! Não estou colocando a questão partidária. Estou colocando simplesmente a visão de alguém de Joinville que vê que não há necessidade de cancelamento! E se em Jaraguá do Sul cancelaram também, está errado. Errado! É um momento de...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Deputados Pedro Uczai e Kennedy Nunes, sr. presidente, é importante aproveitar essa deixa para fazer um debate sobre a gripe A, pois ao contrário do que muitos estão dizendo e achando, ela é uma ameaça ainda muito presente.

No início houve aquela apreensão toda e a pressão da imprensa criou um clima quase de pânico. Aí muita gente procurou os postos de saúde de forma preventiva e houve um exagero inicial de pessoas procurando atendimento, o que impressionou muita gente. Mas o fato de a população já estar mais informada e não acorrer com tanta facilidade aos postos de saúde não quer dizer que o surto já diminuiu. Pelo contrário, temos informação de que setembro e outubro são meses ainda de risco. Depois vai haver uma elevação da temperatura e a previsão é que esse surto vá para hemisfério norte. Contudo, no ano que vem ele pode voltar até com mais força e precisamos estar preparados para tudo isso.

Agora, é importante também aproveitarmos esse ambiente de gripe,

esse mau momento que estamos vivendo e essa apreensão, para nos educarmos no comportamento com relação à higiene pessoal, à responsabilidade com o outro. Se estamos doentes, se há alguma suspeita, não devemos ir a lugar público, não devemos ir a reuniões, não devemos reunir em ambientes fechados. Então, devemos tomar as providências que a Vigilância Sanitária, a secretaria de estado da Saúde e o ministério da Saúde têm recomendado. Devemos ter, assim, uma preocupação redobrada por conta disso.

Mas ouvi a fala do deputado Manoel Mota e gostaria, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, de esclarecer uma questão que ele colocou em relação à serra do Faxinal. A obra da serra do Faxinal não foi interditada por conta do Ibama, por causa de um casal de sapos, como ele falou, de rãs. Ela não foi interditada por conta disso, até porque o projeto de engenharia já contemplou toda a questão da biodiversidade na subida daquela serra, que fica num parque nacional maravilhoso. Uma paisagem de grandes cânions, totalmente diversificada, que merece ser conhecida por todos os catarinenses, lá na pontinha sul do estado, na divisa com o Rio Grande do Sul, em Praia Grande.

Felizmente o projeto de engenharia, como disse, já contemplou as observações do Ibama, e por baixo dessa estrada, então, existem vários túneis, através dos quais os animais que vivem naquela região podem passar de um lado para outro com segurança, sem ser atropelados.

O Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, analisando várias questões da obra, no sentido de tentar garantir que a obra tenha continuidade no lado do Rio Grande do Sul, colocou alguns óbices. Esse assunto não está, então, em discussão no âmbito do Poder Executivo estadual nem federal. Está no âmbito do Judiciário, que é um poder autônomo, que tem todo um diálogo para fazer fora da esfera política, num outro ambiente.

Assim, é preciso esclarecer isso para a população, porque agora virou mania dizer aqui que os atrasos das obras são culpa da não liberação da licença ambiental, sempre dos órgãos ambientais. Mas tenho visto o contrário, ou seja, há uma postura dos órgãos ambientais no sentido da conciliação, sempre buscando o desenvolvimento sustentável, uma solução ambientalmente correta para todos os problemas que aparecem. E é essa boa vontade que temos que ter. Não é deixar de fazer nem fazer errado. É fazer certo. É esse o intuito das intervenções que têm sido feitas em todas as obras que se estão desenvolvendo no estado.

Também vi aqui muita polêmica em relação ao PMDB estar dialogando com o PT. Mas é muito natural, porque no âmbito nacional os partidos nacionalistas têm que se juntar, sim, porque os entreguistas, os privatistas, estão-se juntando para acabar com a Petrobras,

para não ter uma boa regulamentação da exploração do pré-sal, para deixar como está, para poder abrir o mercado para as grandes empresas internacionais, impedindo o Brasil de criar fundos de investimento na educação, no combate à pobreza, no desenvolvimento tecnológico e na infraestrutura tão necessária para este país.

Os privatistas, os entreguistas do Brasil ficam alvoroçados. Aqui eles têm uma aliança com esses partidos, mas a questão nacional justifica esse diálogo em função da nossa unidade em relação à questão nacional. E não vejo motivo para ficarem tão ouriçados, porque acho que existem diálogos para frente que podem ser concluídos no segundo turno, enfim, acho que é a tarefa dos partidos, e aí quero valorizar a atuação dos partidos. A obrigação dos partidos é dialogar entre si e procurar pontos em comum. Se houver afinidade, vamos desenvolver, todos juntos, um projeto para o Brasil, para Santa Catarina, para os municípios, se for o caso. Acho que não devemos, inicialmente, ter vetos. Acho que devemos desenvolver a atividade que é do partido, do parlamentar, que é dialogar, buscar soluções.

Outra questão conjuntural muito debatida na imprensa de todo o estado e potencializada principalmente pelo PSDB e pelo DEM, deputado Jailson Lima, é essa questão do corte de emendas. Se o ano que vem não fosse ano eleitoral, se não estivéssemos às vésperas das eleições do ano que vem, porque eles insistem em antecipar essas eleições, não haveria todo esse debate potencializado.

Esta semana mesmo foram liberados, deputado Sargento Amauri Soares, R\$ 267 milhões, se não me engano, para saneamento em Santa Catarina. E não vi uma linha, um comentário do DEM sobre esse assunto. No PAC drenagem foram liberados R\$ 525 milhões em obras preventivas. Criciúma recebeu R\$ 23 milhões para o sistema de drenagem; para Araranguá foram destinados R\$ 28 milhões para a fixação dos molhes; o rio Tubarão recebeu R\$ 6 milhões e assim por diante. Espalhados pelo estado inteiro foram R\$ 525 milhões de recursos. E não ouvi um elogio, uma fala para agradecer esse dinheiro.

Então, esses cortes de recursos orçamentários estavam previstos, mas historicamente nunca foram liberados 100%. No governo de Fernando Henrique Cardoso, no máximo, foram liberados 5%. E no governo Lula vem crescendo esse percentual. Inclusive, no ano passado tivemos a liberação de 27%.

Por isso, existe autoridade moral para, num aperto financeiro do governo, ajustar as contas e cancelar aquilo que, infelizmente, o governo acabou não arrecadando por conta da crise internacional.

Gostaria de agradecer e desejar um bom...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de

serem apreciadas pelo Plenário.  
Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 053-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Dirceu Dresch, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de setembro do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 054-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Ângela Albino, 1ª Suplente da Coligação Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da licença do Senhor Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 055-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão João Girardi, 2ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio da 1ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 056-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Paulo Serafim, 3ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 057-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Vânio dos Santos, 4ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 3ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 058-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Dionei Walter da Silva, 5ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 4ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 059-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Paulo Roberto Eccel, 6ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 5ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 060-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Adilson Mariano, 7ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 6ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 061-DL, de 2009

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, Inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Círio Vandresen, 8ª Suplente da Coligação A Força do Povo, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 7ª Suplente, em decorrência da licença do Deputado Dirceu Dresch.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente  
Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário  
Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*



## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2009

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção, preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas de som instalados nos edifícios do palácio barriga-verde, **incluídos plantão técnico e a substituição de peças ou de equipamentos.**

**DATA:** 22/09/2009 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 22 de setembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 10 de setembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenador de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 1836, de 9 de setembro de 2009

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor ALECIO ALBERTO JAHNKE, matrícula nº 318, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 7 de setembro de 2009 (Gab Dep Dirceu Dresch).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1837, de 9 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR NOEL MACHADO DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-16, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1838, de 9 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALDERI JOSE BOLIS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Marcos Vieira).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1839, de 9 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JOÃO PAULO BORGES PAIXÃO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1840, de 9 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VIRLEI EDSON DA COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1841, de 10 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIO CEZAR LEHMANN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-15, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1842, de 10 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR PAULO ROBERTO MALUCHE DE BRAGA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1843, de 10 de setembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ALINE MAINARDI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-22, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1844, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** nos assentamentos funcionais, o nome do servidor VOLNEI LUIZ DE SOUZA, matrícula nº 5992, nomeado pela Portaria nº 259, de 10/02/2009, fazendo constar como sendo **WOLNEI LUIZ DE SOUZA**.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1845, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**RETIFICAR** vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Dirceu Dresch para o gabinete do Deputado Cirio Vandresen, por um período de sessenta dias a contar de 10 de setembro de 2009.

matr	NOME DO SERVIDOR	código e nível do cargo
3142	Isabel Bampi de Souza	PL/GAB-58
3166	Jose Idival de Souza	PL/GAB-57
3852	Edson Roberto Junkes	PL/GAB-56
3960	Juliana Cordula Dreher de Andrade	PL/GAB-55
4408	Marcel Fabrizio Salomon	PL/GAB-59
5213	Liane Both de Azevedo	PL/GAB-51
5317	Ricardo Pelegrinello	PL/GAB-34
5318	Alecio Alberto Jahnke	PL/GAB-44
5553	Ana Paula de Souza	PL/GAB-36
5574	Marilei Neumann	PL/GAB-39
5619	Daniel Schwerz	PL/GAB-36
5676	Carmen Pazinato Canton	PL/GAB-29
5704	Otanir Mattioli	PL/GAB-41
5759	Ambrosio Herbert	PL/GAB-41
5769	Talia Barbara Tumelero	PL/GAB-47
5807	Odair Jose Demarco	PL/GAB-51
5902	Leonir Angelo Giarretta	PL/GAB-34
5903	Valmir Antonio de Andrade	PL/GAB-34
6035	Jandir Jose Selzler	PL/GAB-34
6178	Verines Zuchi Bampi	PL/GAB-01
6192	Marcos Cesar Pinar	PL/GAB-09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1846, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **IVANIA B. RANZOLIN NERBASS**, matrícula nº 0981, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Informática, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARLISE FURTADO A. RAMOS BURGER, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 11 de setembro e 09 de novembro de 2009 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1847, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **ZILÁ FALK BORTOLINI**, matrícula nº 1959, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção de Protocolo e Registro de Proposições, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, DIRCE LUCIA PIANO, que se encontra em fruição de licença-prêmio no período compreendido entre 10 de setembro e 08 de novembro de 2009 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1848, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1725/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento do servidor **GILSON RIBEIRO**, matrícula nº 2030, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 33% (trinta e três por cento), a contar de 03 de setembro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1849, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
0877	Cesi José Vieira	25/08/04   24/08/09	1703/2009
2013	Vera Lúcia Calazans Borges	31/08/04   30/08/09	1704/2009

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1850, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
0981	Ivania B. Ranzolin Nerbass	10	01/09/09	1744/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1851, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1460	Ivelise Sell Maciel	30	03/09/09	1743/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1852, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR EUNICE STELLA DE FREITAS**, matrícula nº 5489, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1853, de 10 setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora AGUIDA APARECIDA REIS, matrícula nº 5660, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1854, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR AGUIDA APARECIDA REIS, matrícula nº 5660, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1855, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor HAMILTON JOÃO DA SILVA, matrícula nº 5936, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1856, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR HAMILTON JOÃO DA SILVA, matrícula nº 5936, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1857, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora LETICIA GOULART DE SOUZA, matrícula nº 5937, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1858, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LETICIA GOULART DE SOUZA, matrícula nº 5937, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1859, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora MARLETE SCHMITT STAHELIN, matrícula nº 3616, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1860, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as*

*Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,* NOMEAR MARLETE SCHMITT STAHELIN, matrícula nº 3616, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1861, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora ORLACI JANET CADORIM DARELLA, matrícula nº 3014, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1862, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ORLACI JANET CADORIM DARELLA, matrícula nº 3014, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1863, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora ANDREIA DE FATIMA MAGUELNISKI, matrícula nº 5938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).

Paulo Ricardo Gwosdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1864, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor DIOMEDES TADEU PEREIRA BATISTA, matrícula nº 5941, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).  
Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1865, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor VENICIO EDUARDO CAVINATO, matrícula nº 6009, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-18, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).  
Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1866, de 10 de setembro de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor WALMIR JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 6116, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de setembro de 2009 (Gab Dep Adherbal Ramos Cabral).  
Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 307/2009

**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**  
APAE-OTACÍLIO COSTA  
S/A nº 068/2009 Otacílio Costa, 01 de setembro de 2009.  
Jorginho de Mello  
Presidente da Assembléia Legislativa  
Florianópolis - SC  
Prezado Presidente,  
Em cumprimento a Lei nº 14.182, de 01 de novembro de 2007, que trata da manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual a Entidades, anexo estamos encaminhando a documentação da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Otacílio Costa.  
Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e reiteramos nossos protestos de estima e apreço.  
Atenciosamente,  
Irene Ebel Garcia - Presidente da Diretoria Executiva  
Eli Terezinha Lins - Secretária  
*Lido no Expediente*  
Sessão de 10/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 308/2009

A  
Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual  
**MOACIR SOPELSA**  
Gabinete 102  
**Blumenau/SC, 09 de setembro de 2009.**  
Ofício 188/09  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008 - Prestação de Contas**  
**APOIO PARA SUBVENÇÃO SOCIAL.**  
Caro Deputado:  
Como entidade social deste estado, presente em três grandes regiões demográficas de SC (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense), **colocamos a disposição o nosso RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2008.**

Visamos com este instrumento, inteirar-la com as principais atividades realizadas pelo CERENE, forma de atendimento, abrangência de atuação, perfil do público alvo, outros dados estatísticos e informações relevantes do público alvo, em sua grande maioria em situação de vulnerabilidade social.

Aproveitamos para destacar que o CERENE **atende e atinge direta e indiretamente, um contingente de mais de 33.000 pessoas por ano, conforme abaixo:**

Forma Atendimento	Direta	Indireta	Observação
Programa Internação/Tratamento	630	17.640	Cola depende em seu meio (família, trabalho, escola, vizinhança, etc.) em média 28 pessoas, conforme OMS.
Programa Reinserção Social	45	1.260	Cge acima
Programas de Prevenção	15.664	0	Palestras e Programas em escolas, empresas, igrejas, associações, etc.
Colaboradores (funcionários) contratados (CLT)	66	197	Empregos diretos, beneficiando indiretamente os dependentes destes (familiares)
<b>Sub-Totais</b>	<b>16.405</b>	<b>19.097</b>	
<b>TOTAL PESSOAS</b>	<b>35.502</b>		Ano base:2008 (Fonte: Relatório de Atividades C CERENE 2008)

Contamos com seu apoio, em especial, seu apoio para obtenção de verbas de subvenção, oportunizando que mais pessoas possam se atendidas.

**MAURICIO ROSSA** - Secretário Executivo - ADM. CENTRAL (047) 3337-1997/9179-5167 - presidente@cerene.org.br

**ELCIDO SCHLUTER** - Coord. Relações Institucionais - ADM. CENTRAL (047) 3337-1997/91711688 - projetos@cerene.org.br  
*Lido no Expediente*  
Sessão de 10/09/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI

### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PROJETO DE LEI N. 343/09

Dispõe sobre o período mínimo de gratuidade em estacionamentos para veículos automotores utilizados por pessoas com deficiência.

Art. 1º - Os estacionamentos, públicos e privados, e os fornecedores de serviços de manobra e guarda de veículos em geral, localizados no âmbito do Estado, ficam obrigados a conceder, aos veículos utilizados por pessoas com deficiência, período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa, equivalente a 30 minutos.

Art. 2º - A infração às disposições desta Lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor de 200 UFIR, que será dobrada em caso de reincidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte dias) dias de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões,  
Deputado Kennedy Nunes

*Lido no Expediente*  
Sessão de 10/09/09

### JUSTIFICATIVA

Essa proposta tende a diminuir a exclusão social e resgatar a dignidade e cidadania das pessoas portadoras de deficiência.

Pela enorme dificuldade encontrada pelos portadores de deficiência para se locomover, a lentidão de seus movimentos, nada mais justo do que aumentar o período de estacionamento destes, possibilitando se locomover e realizar as atividades nos estabelecimentos com mais calma e dentro de suas limitações. Desta forma, estará tratando os desiguais de forma isonômica.

\*\*\* X X X \*\*\*